

DIFERENÇAS SOCIAIS  
DE CLASSE E  
CONFLITUALIDADE  
SOCIAL

IV

Elísio Estanque

Um aspecto que distingue as noções de «desigualdade» e «diferença» é que a primeira corresponde a diferenças não desejadas (Therborn, 2006). Como referiu um prestigiado sociólogo português, «devemos reivindicar a diferença sempre que a igualdade é opressora e devemos reivindicar a igualdade sempre que a desigualdade é exploradora ou excludente» (Santos, 2006). A diferença pode ser étnica, de género, de religião, de nacionalidade, de cultura, etc., mas a desigualdade aponta para estruturas mais profundas de interdependência, o que nos obriga a ter presente o conceito de «classe social». Acresce que este, tem por trás de si toda uma história, que, evidentemente, não pode ser ignorada.

O presente capítulo centra-se na questão das desigualdades sociais e procura responder a uma dupla preocupação: em primeiro lugar, uma reflexão sobre a temática das classes e desigualdades, privilegiando a perspectiva teórica marxista (e com especial referência ao modelo de Erik Olin Wright), mas discutindo-a em articulação com outras linhas de análise (sobretudo as de influência weberiana); em segundo lugar, analisam-se algumas das transformações recentes na sociedade portuguesa, tendo presente o seu enquadramento internacional. O campo laboral será tomado como ponto de partida para dar conta dos processos sociais emergentes, nomeadamente as novas linhas de segmentação e reestruturação das desigualdades. Embora a reflexão privilegie a dimensão estrutural, dar-se-á igualmente atenção a alguns estudos empíricos sobre a sociedade portuguesa, os quais permitirão assinalar vertentes e contextos específicos da vida social onde se espelham as desigualdades sociais e a sua actual reconfiguração.

Para além da importância que deve ser reconhecida à distribuição desigual dos recursos materiais e económicos, é importante sublinhar desde logo que as barreiras de classe não derivam apenas da posse de bens materiais. Dizem respeito simultaneamente às componentes imateriais, como, por exemplo, os recursos educacionais, culturais e simbólicos, que são, por via de regra, sujeitos à mesma lógica inigualitária e aos mecanismos de demarcação social que regem as sociedades actuais. Não basta, portanto, olhar as desigualdades a partir dos indicadores socioeconómicos disponíveis, nem faz sentido, hoje, abordar a estrutura das classes de um ponto de vista abstracto ou estruturalista. É por essa razão que se procurou reunir diferentes ângulos de análise, a fim de dar visibilidade a diversas dimensões relacionadas com as temáticas que titulam o presente texto. Estudos extensivos e quantitativos sobre

Portugal, diagnósticos sobre o mercado de trabalho, a estrutura das classes, a questão da classe média e da mobilidade social, estudos sobre a indústria e o sector operário, resultados de inquéritos recentes aos estudantes da Universidade de Coimbra, informação em torno da conflitualidade laboral e do sindicalismo, etc., são alguns dos elementos empíricos a considerar. Paralelamente, a dimensão substantiva das desigualdades será tratada na sua interconexão com a dimensão subjectiva, enquanto elementos indissociáveis nos processos de recomposição social aqui em análise.

Sendo hoje amplamente aceite por variadíssimas correntes da teoria social que o «lugar de classe», ou seja, a posição que cada grupo ou segmento ocupa na estrutura da estratificação, não é mais aceite como o critério determinante nem da «consciência» nem da acção colectiva, é necessário postular que o papel das classes deve ser visto em ligação com outros factores, designadamente os que apontam para a dimensão identitária, discursiva e subjectiva. E isso é tanto mais relevante no âmbito deste texto porquanto se pressupõe que os conflitos colectivos e movimentos sociais constituem um dos factores decisivos – lado a lado com a acção do mercado e das instituições – para explicar as grandes transformações da sociedade actual. Com efeito, os processos transformadores há muito que deixaram de ser explicados como dependentes da variável classe ou da consciência dos actores, o que se liga, por um lado, ao esgotamento do marxismo ortodoxo e, por outro, à perda de protagonismo e de peso sociológico da velha «classe operária». Deste modo, conceitos como a identidade, a trajectória, o estilo de vida, o reconhecimento, as representações e expectativas, ou mesmo as diferenças de natureza étnica, cultural ou sexual, fornecem-nos importantes pistas explicativas, seja para a acção colectiva seja para a aceitação e o consentimento perante as desigualdades e os processos de exclusão social.

É, pois, à luz destas preocupações que o tema é abordado. Começa-se por uma breve reflexão teórica em torno das principais controvérsias que a análise de classes encerra, e, em seguida, direcciona-se a atenção para a sociedade portuguesa.

## **Classes, desigualdades sociais e transformação do trabalho**

O trabalho e o campo produtivo em geral fornecem a mais decisiva esfera de estruturação das classes sociais nas sociedades industrializadas. Se o processo

histórico e civilizacional do Ocidente encerrou, como se sabe, múltiplas lutas e revoluções violentas ao longo dos séculos, foi só a partir do século XVIII que a *questão social* ganhou verdadeira dimensão política e passou a merecer a atenção dos estudiosos. Mais do que a igualdade dos indivíduos perante a lei, consagrada pelo movimento iluminista, é a ameaça das «classes perigosas» e do movimento operário nascido da Revolução Industrial que obriga o Estado burguês a um verdadeiro esforço de enquadramento e integração social dos trabalhadores e grupos sociais desapossados<sup>1</sup>.

Assim, a partir do século XIX, o trabalho assalariado passou a ser reconhecido como elemento central do projecto da modernidade, tendo sido considerado o principal factor de progresso, de criação de riqueza e de coesão social. Mas, se o trabalho ganhou finalmente estatuto de dignidade e direito de reconhecimento, a promessa de um possível contrato social que garantisse padrões mínimos de estabilidade sistémica só surgiu na sequência das chocantes desigualdades induzidas, desde a sua génese, pelo capitalismo moderno (e derivadas do antagonismo capital-trabalho). E é nesse sentido que importa conceber as classes sociais em estreita ligação com a esfera laboral.

A ideia de que as classes se fundam na sua dimensão relacional constitui o principal traço da abordagem marxista, uma das principais correntes teóricas de análise das classes. Decorre daí que as desigualdades se baseiam no elo causal que liga de modo duradouro e antagónico os grupos humanos uns aos outros, de tal forma que uns obtêm vantagens a expensas de outros. Apesar das suas posteriores perversões, o pensamento de Marx permanece actual neste ponto. O pressuposto do antagonismo funda-se antes de mais em relações de exploração, ou seja, é essa a base de partida que define a sociedade industrial moderna. O capitalista precisa da força de trabalho para criar riqueza e acumular lucro, e o trabalhador, por seu lado, precisa do capitalista para encontrar emprego, a sua fonte de subsistência. Porém, a dimensão económica é apenas um dos critérios de definição das classes, e a própria noção de exploração (um conceito que encerra, além da transferência de mais-valia, uma carga moral acerca da justiça distributiva) pode ser considerada num sentido mais amplo do que o das relações sociais de produção, conforme a formulação de Marx.

Na sequência das inúmeras polémicas que ocorreram no seio das correntes marxistas – sobretudo após a perversão estalinista ser amplamente denun-

ciada – e entre eles e os weberianos, a assumida centralidade da «classe», como determinante único (ou fundamental) das desigualdades e da acção colectiva (leia-se «luta de classes»), evoluiu gradualmente em diversos círculos intelectuais (marxistas, neomarxistas e, mais tarde, «pós-marxistas») no sentido da sua crescente relativização. A classe passou a ser considerada por muitos teóricos insuspeitos como uma variável importante, sim, mas já não a única, ou seja, um elemento explicativo que deveria ser colocado lado a lado com outros critérios, nomeadamente os de índole identitária, como, por exemplo, os relacionados com as diferenças étnicas, raciais, culturais ou de género (Laclau e Mouffe, 1985).

Para além disso, a classe – enquanto foi considerada o determinante principal – há muito deixara de ser entendida a partir exclusivamente do nível *económico*. Mesmo algumas abordagens oriundas do marxismo estruturalista (Poulantzas, 1974; Wright, 1981; Althusser, 1998) tentaram provar a importância das instâncias do *político* e do *ideológico* como factores inscritos «já lá» onde a divisão do trabalho reúne os assalariados ao capital e aos meios de produção. Por outro lado, as velhas formulações dicotómicas sobre as quais muitos marxistas construíram o seu pensamento, tais como as divisões entre as vertentes «objectiva» e «subjectiva», ou entre a «infra-estrutura» e a «superestrutura» tornaram-se cada vez mais questionadas, devido ao reducionismo que encerram (Giddens, 1975; Therborn, 1980 e 1983; Burawoy, 1985).

Com o declínio do marxismo ortodoxo, muitos cientistas sociais viraram-se para os estudos mais contextuais ou históricos. Embora assumindo alguns dos pressupostos de Marx, rejeitaram outros e procuraram incorporar novas dimensões na análise de classes. Algumas abordagens incidiram na centralidade do processo de trabalho mas incutiram-lhe novas perspectivas. Os próprios ambientes exteriores à produção, inclusive as esferas do tempo livre, as sociabilidades construídas em atmosferas como a taberna e outras, onde fervilhava a cultura popular, foram reinterpretados como campos decisivos de «construção da classe operária» (Edwards, 1979; E. P. Thompson, 1987; Stedman Jones, 1989; Savage, 2004). Michael Burawoy sublinhou a forma como qualquer contexto de trabalho envolve simultaneamente uma dimensão económica (produção de coisas), uma dimensão política (produção de relações sociais) e uma dimensão ideológica (produção de uma experiência dessas relações). Deste modo, «a classe torna-se o *efeito* combinado de um conjunto de estruturas económicas, políticas e ideológicas situadas em todas as arenas da actividade social» (Burawoy, 1985, 39).

A partir dos anos oitenta, a análise neomarxista das classes incorporou alguns conceitos mais próximos do weberianismo, em especial a ligação ao *mercado* e a conexão entre as *relações de produção* e a posição de *status*. Ao assumir as vantagens de «marxianizar o weberianismo»<sup>2</sup>, um dos autores mais produtivos nesta área procurou estabelecer o elo estrutural que liga explorador e explorado com base nas *capacidades de mercado* e nas *oportunidades de vida* (Wright, 1997, 4), ou seja, os recursos e meios de vida que os trabalhadores da indústria possam encontrar fora da empresa interferem nos mecanismos de exploração, já que o enriquecimento de uns é efectuado à custa da privação de outros. Mas, não obstante a natureza contraditória das relações de classe, ganha mais crédito a possibilidade do surgimento de compromissos entre trabalhadores e empresários, num cenário em que, por exemplo, existam actividades complementares paralelas à relação salarial, mas que sejam insuficientes para satisfazer as necessidades económicas do trabalhador, podendo assim favorecer simultaneamente operários e patrões.

O mapa das localizações de classe proposto por Wright considera diferentes modalidades de recursos desigualmente distribuídos, que se combinam de forma complexa nas «sociedades concretas», para darem origem a múltiplas formas de exploração, admitindo, desde logo, que «na maior parte das sociedades haverá muitas posições na estrutura de classes que são simultaneamente exploradoras e exploradas» (Wright, 1989, 8). Concretamente, nas sociedades capitalistas, o autor considera a combinação de três tipos principais de exploração: *exploração capitalista* (baseada no desigual controlo dos meios de produção); *exploração organizacional* ou autoridade/poder (desigual controlo de recursos organizacionais ou influência nas decisões); e *exploração por credenciais* ou qualificações (desigual controlo de qualificações escassas ou credenciais escolares).

Por exemplo, as localizações «intermédias» combinam múltiplas formas de exploração, e em que algumas delas dão lugar a *situações ambíguas*, ou seja, situações que podem ser simultaneamente exploradas (porque, por exemplo, não possuem os meios de produção) e exploradoras (porque, por exemplo, possuem elevadas credenciais ou diplomas académicos). Este esquema dá então lugar a uma estrutura com um conjunto de doze «localizações de classe» (o que, obviamente, não significa advogar a existência de doze classes), as quais, embora correspondendo a uma estrutura abstracta, condicionam no concreto as práticas individuais e as formas possíveis de acção colec-

tiva<sup>3</sup>. Na verdade, subjaz a esta matriz uma dupla leitura: por um lado, permite mapear as distâncias relativas de umas categorias em relação a outras, em termos topológicos; por outro, permite uma leitura em diagonal em que os recursos considerados diminuem em volume (da célula superior esquerda à inferior direita), desde a categoria dos «gestores qualificados» aos «proletários» (ver a matriz adiante, na tabela 1, p. 144). Estas propostas, constituíram uma tentativa de actualização teórica que pudesse responder às grandes transformações ocorridas nas sociedades ocidentais nos últimos cinquenta anos.

Por outro lado, foram os autores mais alinhados com o pensamento de Max Weber que mais atenção dedicaram a um fenómeno a que os marxistas clássicos tinham dado pouca atenção – *o fenómeno da classe média*<sup>4</sup> (Goldthorpe, 1969 e 1995; Giddens, 1975). A sua importância relaciona-se com a constatação de que as sociedades ocidentais estavam a assistir a um fantástico aumento do sector dos serviços, associado ao desenvolvimento tecnológico, ao crescimento da administração pública e da burocracia, e à crescente institucionalização e regulação do conflito social, etc. Estes processos permitiram, sobretudo durante a segunda metade do século XX, mostrar a profunda transformação ocorrida nas sociedades avançadas, desde os tempos de Marx. A conflitualidade manteve-se, mas a sua natureza estrutural alterou-se, ou seja, o conflito industrial continuou, mas perdeu a centralidade de outros tempos, nomeadamente perante a emergência de novos movimentos sociais a partir dos anos sessenta (Touraine, 1969 e 1981; Dahrendorf, 1982; Bourdieu, 1978 e 1979). Nesta linha de pensamento, muitas reflexões foram posteriormente levadas a concluir pela crescente fragmentação das classes – *o adeus ao proletariado* (Gorz, 1980), no sentido tradicional do termo – e o conseqüente esvaziamento do seu potencial político, havendo até quem tenha diagnosticado a *morte da classe*, enquanto sujeito relevante da acção colectiva (Pakulski e Waters, 1996).

Se o problema das desigualdades e da mobilidade social se liga directamente ao mundo laboral e ao mercado de trabalho, é necessário ter presente as transformações em curso neste campo, quer pelo extraordinário impacte que estes fenómenos vêm adquirindo nos países europeus quer pelas suas repercussões em Portugal, num período mais recente. Os processos de mudança e fragmentação do trabalho, ao longo dos últimos vinte anos, incidiram tanto no sector privado como no público, desafiando os anteriores modelos e os respectivos mecanismos de diálogo e concertação social. Tanto a organização

produtiva e as respectivas estruturas associativas e sindicais dos trabalhadores como a estratificação social no seu conjunto têm vindo a sofrer profundas mutações resultantes desses processos.

O movimento sindical ganhou poder institucional e negocial perante o capital e o Estado, ao mesmo tempo que perdeu capacidade de mobilização junto de um operariado cada vez mais em quebra. Desde o pós-guerra até meados da década de setenta (os chamados 30 gloriosos anos, que em Portugal ocorreram bem mais recentemente) que o sindicalismo europeu fez claras concessões ao capitalismo, como contrapartida pelas vantagens adquiridas pela classe trabalhadora, em poder de compra, segurança e estabilidade no emprego, oportunidades de carreira, etc., conseguindo aproximar-se dos padrões de consumo da classe média. O crescimento desta camada caminhou, portanto, lado a lado com a redução da «luta de classes» e o aumento da mobilidade social, apesar da conflitualidade ter sido sempre indissociável destes processos. Dentro e fora da esfera produtiva, as disputas de *status* profissional e de reconhecimento por melhorias nas condições de trabalho e nos estilos de vida decorreram sempre sob a forma de relações de poder. No entanto, a dinâmica social pautou-se cada vez mais pelo «equilíbrio instável», em que o conflito foi contido dentro de limites mínimos e se tornou mais fragmentário, disperso e susceptível de negociação (Dahrendorf, 1982; Therborn, 2006).

Algumas destas abordagens consideraram a classe média como uma «zona de amortecimento dos conflitos»<sup>5</sup>, uma vez que os grandes índices de mobilidade social são de curto alcance, e os maiores fluxos (de subida e de descida) dirigem-se justamente para essas posições intermédias da pirâmide estratificacional. Nesta acepção, a mobilidade social não resulta principalmente de uma igualdade de oportunidades em função do mérito, antes se prende com os processos mais vastos de reprodução e mudança estrutural do sistema (em especial o sistema educativo e o mercado de trabalho). Estudos empíricos centrados em países europeus e nos EUA mostraram que os processos de mobilidade, além de serem sobretudo intergeracionais e de curto alcance, funcionam segundo movimentos de oscilação – para baixo e para cima – em que os processos de ascensão sofrem um efeito de travagem que é tanto mais eficaz quanto as trajectórias ascendentes se aproximem dos estratos superiores. Assim, o fenómeno da mobilidade social e a tradicional estabilidade da classe média ganha outros contornos em períodos de quebra, quando os seg-

mentos que alcançaram posições confortáveis na estrutura social são confrontados com situações de perda de poder aquisitivo e surgem sinais ameaçadores para o seu estatuto social.

Nos últimos vinte anos, tem sido apontado um crescimento de novos sectores de funcionários e trabalhadores qualificados, se bem que as tendências mais gerais sejam no sentido de um aumento da heterogeneidade nesses sectores, enquanto nas camadas superiores da classe média parece verificar-se uma crescente homogeneidade (Esping-Anderson, 1993; Goldthorpe, 1995). Na verdade, mais do que a mobilidade social e a meritocracia, faz sentido atender a conceitos como os de *reprodução social* e *mudança estrutural*, dado que os mecanismos de fechamento são extremamente poderosos, conseguindo geralmente sobrepor-se ao critério do «mérito». Mesmo aqueles (poucos) que chegam às elites pelo seu talento «fecham as portas atrás de si logo que tenham alcançado o seu *status*. Os que lá chegaram por “mérito” passam a querer ter tudo o resto – não apenas poder e dinheiro, mas também a oportunidade de decidir quem entra e quem fica de fora» (Dahrendorf, 2005).

O declínio do modelo produtivo fordista introduziu novas dinâmicas e instabilidades de todo o tipo. A velha realidade laboral assente no crescimento económico, nos mercados nacionais, na produção e consumo de massa, na estabilidade do emprego, nas políticas sociais e na concertação social entrou em crise na Europa a partir da segunda metade dos anos setenta. Os anos oitenta foram cenário de um reforço sem precedentes da competitividade internacional, sob uma lógica neoliberal, o que se traduziu na tentativa de implantação de modelos produtivos de tipo *lean production*<sup>6</sup>, nas economias mais avançadas. Mas, nem por isso as mudanças laborais deixaram de manter formas de produção herdadas do taylorismo/fordismo, acrescentando-lhe porém novos elementos, como sejam, a redução de *stocks* e de pessoal, a maior mobilidade e flexibilidade organizacional, as preocupações com a qualidade do produto, a cultura de empresa, o trabalho em equipa, a polivalência, e, por vezes, um efectivo envolvimento dos trabalhadores na gestão. A flexibilidade, a aposta no «emagrecimento», no *outsourcing*, na deslocalização dos sectores produtivos mais intensivos em força de trabalho para países da periferia, etc., induzem no trabalhador uma espécie de *taylorismo interiorizado*, que contribui para a degradação das condições de trabalho, com marginalização dos segmentos menos qualificados, resultantes de uma lógica de *japonização* (o chamado *toyotismo*)<sup>7</sup>, cujos efeitos nas sociedades

ocidentais e na Europa têm sido muito problemáticos (Castillo, 1998; Kovács, 1998; Castells, 1999; Burawoy *et al.*, 2001; Santos, 2004).

No entanto, o fordismo não desapareceu completamente nem deu lugar a um novo e único modelo produtivo. As estruturas organizativas emergentes, além de mais flexíveis e polimórficas, assumem-se sob lógicas contrárias e justapostas: por um lado, o modelo fordista continua a ser um espaço importante em certos sectores de actividade, regiões e/ou países, mantendo os seus princípios, devido ao facto de o processo de diversificação dos produtos finais ser acompanhado pela *standardização em larga escala de processos, sub-conjuntos e/ou componentes* (Kovács e Castillo, 1998); por outro lado, o capital móvel e o poder da economia financeira, operando para além da esfera política, fragmentaram o trabalho como forma de disciplinar a rebeldia da classe trabalhadora. Sem dúvida que o trabalho continua a ser a principal via de subsistência, de preservação da auto-estima e de busca de reconhecimento social, mas tornou-se um bem cada vez mais escasso e cresce a precariedade com todo o seu leque de novas formas de exploração e de opressão (Hyman, 2002; Waterman, 2002; Santos e Costa, 2004; Estanque, 2004; Frege e Kelly, 2004; Santos, 2006; Antunes, 2006).

Na sequência destas transformações, os segmentos mais desqualificados da força de trabalho vêm sendo as principais vítimas da pressão competitiva e empurrados para condições de grande precariedade e exclusão. É aí que o «individualismo negativo» incide com maior força, uma situação que faz recordar a fragilidade do trabalhador na sociedade pré-industrial (Castel, 1998). Os trabalhadores precários cavam um fosso psicológico perante a vida colectiva da empresa, e as orientações subjectivas pautam-se pela desilusão e frustração, fechando-se em si próprios ou transferindo as suas preocupações e investimentos pessoais para a esfera da vida familiar ou da comunidade. Apesar de muitos considerarem que os motivos de contestação são hoje mais fortes do que no passado, a frustração induzida pela precariedade favorece a procura de soluções individuais a nível profissional, inibindo drasticamente a acção colectiva.

Para além do que ficou dito, é necessário acrescentar que estas alterações se inserem no contexto mais amplo da economia e dos mercados globais. Por essa razão, antes ainda de passar a analisar o caso português, faz sentido situar algumas das novas linhas de complexidade que tais processos têm vindo

a desenhar no que respeita à análise de classes. Pode dizer-se que esta recomposição tem implicações que incidem simultaneamente em todos os níveis da pirâmide social, ou seja, vai das novas elites profissionais, empresariais e institucionais às camadas mais excluídas e proletarizadas, passando pelos segmentos intermédios das chamadas novas classes médias. Estas estão a sofrer o efeito das novas dinâmicas globais e a fragmentar-se em muitos países do continente europeu (e também em Portugal, como mais à frente se verá). Veja-se para já as implicações destas tendências nos dois extremos da pirâmide social.

Por um lado, assistimos, nos estratos mais baixos, ao extraordinário aumento das situações de «atipicidade» laboral, em larga medida resultantes da *globalização* económica, tais como o trabalho precário, a desregulamentação dos direitos laborais, o tráfico clandestino de mão-de-obra (migrações ilegais), o trabalho infantil, a pobreza, o desemprego e o subemprego, etc. (A. C. Ferreira, 2005)<sup>8</sup>, os quais se situam na estreita interdependência entre trabalho/desemprego/família/comunidades, induzindo lógicas de *localização* não só sobre os sectores mais dependentes e explorados da força de trabalho, mas sobre todo um leque de categorias sociais onde prolifera a pobreza, a exclusão e a opressão – o que poderemos designar como os efeitos dos *globalismos localizados* (Santos, 1994 e 2006). São grupos sociais deste tipo que podem conceber-se como integrando as *subclasses locais*. Subclasses, porque, à luz dos indicadores convencionais, não possuem uma posição de classe bem definida, isto é, estão fora ou «abaixo» da classe trabalhadora tradicional, uma consequência directa dos efeitos perversos da globalização neoliberal.

Por outro lado, no topo da pirâmide social, acentuam-se os constantes fluxos de directores das grandes multinacionais, gestores de topo, funcionários das instituições do Estado, quadros altamente qualificados, dirigentes políticos, cientistas de renome, etc., dando lugar à edificação de uma nova elite socio-profissional e institucional que monopoliza conhecimentos, competências, informação, redes sociais, movendo-se a uma escala planetária. Eles acompanham e beneficiam da evolução tecnológica como ninguém, viajam em classe executiva e, no mesmo dia, mudam de continente e tomam refeições nos melhores restaurantes e hotéis, separados por milhares de quilómetros. Apesar da sua diversidade, estes sectores têm em comum privilégios de poder e riqueza, e podem, por assim dizer, ser situados «acima» da estrutura de classes no sentido tradicional, formando, portanto, uma *sobreclasse*

*global*, visto que se posicionam acima da velha classe dominante de base nacional (Sklair, 2001; Estanque, 2005).

## **Trabalho, desigualdades e mobilidade social em Portugal**

Tal como noutros países ocidentais, a estrutura de classes portuguesa tem vindo a sofrer transformações muito profundas nas últimas quatro décadas, e em especial após o 25 de Abril de 1974. No entanto, a recomposição das classes e das desigualdades em Portugal reveste-se de contornos particulares, quer no que respeita às novas linhas de fragmentação classistas quer no plano das atitudes subjectivas e da conflitualidade. Com a crescente internacionalização das trocas e a intensificação dos fluxos de mobilidade geográfica entre países e continentes distintos assistiu-se a um fantástico acentuar dos níveis de complexidade. Emergiram novos factores de instabilidade e novos processos de fragmentação e recomposição das classes, como atrás assinala. As acentuadas mudanças das últimas décadas na sociedade portuguesa espelham simultaneamente os impactes da globalização (e da integração europeia) e as alterações internas no plano institucional, económico e social.

### ***Caracterização geral da estrutura social e do emprego***

Algumas das transformações ocorridas na Europa, ao longo da segunda metade do século passado, têm atingido o nosso país num período mais recente. Podem sintetizar-se pelos seguintes traços: 1 – novas divisões internas no seio dos assalariados – entre manuais e não manuais, entre tecnocratas e burocratas –, como resultado da evolução tecnológica, da profissionalização da gestão, do crescimento do sector público, do desenvolvimento da informática e dos meios audiovisuais, etc.; 2 – aumento dos índices de mobilidade social, no quadro da crescente terciarização da economia e da estrutura do emprego; 3 – rápidos processos de litoralização e concentração urbana, associados à expansão e modernização dos transportes e da rede viária; 4 – crescente diferenciação interna da classe média assalariada com a emergência de novas tensões e clivagens no seu seio – o surgimento de novas profissões, juxtapondo sectores em declínio e sectores emergentes –, criando novas lógicas de fechamento e diferentes estilos de vida; 5 – redução dos níveis de sindicalização no sector operário e a sua consolidação entre as categorias da classe

média (segundo uma lógica neocorporativista); 6 – novos padrões de formação de classes e crescimento de novas clivagens e polarizações de tipo pós-fordista e pós-industrial, designadamente com o aparecimento de fenómenos de proletarianização no sector dos serviços; 7 – emergência de novas modalidades de acção colectiva e novos movimentos sociais – embora sejam escassos em Portugal –, com significativos impactes nos planos cultural e político (Parkin, 1968; Touraine 1969 e 1981; Eder, 1993; Esping-Anderson, 1993; Butler e Savage, 1995; Melucci, 1996).

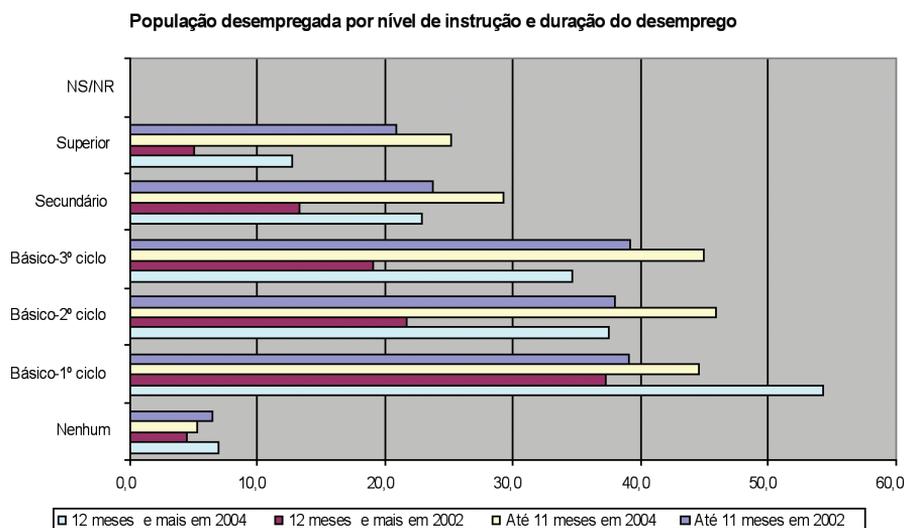
Tais tendências reflectem, como é bom de ver, a estreita imbricação entre as questões laborais e as desigualdades sociais em geral, conforme tenho vindo a referir. Num panorama que já vinha sendo marcado por mudanças estruturais acentuadas a nível europeu, no caso do sistema de emprego português, só na viragem do século se tornaram claras as contradições e problemas associados à crescente internacionalização da economia e dos mercados. Ao longo da década de 90, Portugal conseguiu assegurar um crescimento real da sua economia, impulsionado pela utilização intensiva do factor trabalho. O sistema de emprego absorveu bolsas de mão-de-obra inactivas em maior grau do que noutros países, como sucedeu nos segmentos das mulheres e dos jovens, e geraram-se elevados fluxos de imigração de força de trabalho. A reestruturação da produção, sendo reconhecida como necessária, não foi todavia levada a cabo ao mesmo ritmo de outros países e só nos últimos anos surgiram novas propostas legislativas, visando um modelo mais flexível que possa fazer face aos novos desafios da competitividade global. Desde o início dos anos noventa verificou-se um aumento do emprego, mas, lado a lado, cresceram também o desemprego, o trabalho atípico e os contratos a prazo. As taxas de emprego feminino revelaram-se das mais elevadas da Europa, mas persistiu uma discriminação massiva das mulheres no mercado de trabalho, realidade que se mantém até hoje. Prevalecem ainda os sectores intensivos em mão-de-obra, bem como os baixos níveis salariais, que se vêm até agravando. Houve um significativo dinamismo no processo de criação de empresas, mas em contrapartida assistiu-se a um preocupante aumento dos encerramentos e deslocalizações.

Um diagnóstico realizado em Portugal, no âmbito da estratégia europeia para o emprego (Ferreira *et al.*, 2005), permitiu identificar os principais pontos de vulnerabilidade do mercado de trabalho português e as linhas de reconversão que nele estão a ocorrer, geradoras de novas divisões e proble-

mas sociais, que incidem no padrão das desigualdades e na sua actual recomposição:

- Um baixo nível de instrução/formação da população portuguesa em geral: apenas cerca de 11% da população activa detêm um diploma de ensino superior; só cerca de 40% dos jovens até aos 22 anos concluíram o ensino secundário; persistem os níveis muito baixos de instrução nos adultos com mais idade (reflectindo défices acumulados de educação, apesar das melhorias registadas nos últimos anos); apenas cerca de 4% dos trabalhadores frequentaram cursos de formação, no último ano (uma das mais baixas taxas da UE); os níveis de desemprego subiram nos últimos anos, sendo de cerca de 8% actualmente (tendo ultrapassado a média da UE e a vizinha Espanha); no entanto, como se mostra no gráfico abaixo, o nível de instrução (se bem que já não garante um acesso fácil a um trabalho digno) é um factor atenuante do desemprego de longa duração, ou seja, níveis de instrução/qualificação mais elevados coincidem com períodos mais curtos de desemprego;
- Um peso relativo do desemprego de longa duração (DLD) no desemprego total, sendo, em 2004, de 3,1% (2,6% Hs e 3,6%, Ms); o desemprego jovem (18-24 anos) corresponde a cerca do dobro da média nacional, situando-se nos 15,3% em 2004;
- Existência de grupos com especiais problemas de inserção no mercado de trabalho: para além dos jovens, que enfrentam grandes dificuldades na transição da escola para a vida activa, os trabalhadores mais idosos são as maiores vítimas dos processos de reestruturação do tecido produtivo; as mulheres não só revelam taxas de desemprego mais desfavoráveis que as dos homens como enfrentam significativas diferenciações salariais e estão mais representadas entre os desempregados de longa duração;
- A estrutura produtiva enfrenta sérias vulnerabilidades, ainda muito apoiada em actividades tradicionais, intensivas em mão-de-obra, com baixos níveis salariais e de produtividade, nos quais as novas tecnologias da informação e comunicação estão praticamente ausentes;
- O tecido empresarial assenta predominantemente nas pequenas e nas microempresas, grande parte das quais são marcadas por um fraco poten-

**Gráfico 1**  
**Duração do desemprego, segundo os níveis de instrução (2002-2004)**



Fonte: Ferreira, António Casimiro (coord.), P. Pedroso, A. Dornelas e E. Estanque (2005), *Acesso ao Emprego e Mercado de Trabalho em Portugal* [capítulo 3], Coimbra, CES/FEUC, 2005 (mimeo).

cial de adaptabilidade, inovação e sustentação, por um recrutamento muito centrado em pessoal pouco qualificado, oferecendo reduzidas possibilidades de formação, e com modelos de gestão centralistas e autoritários, não reconhecendo importância ao diálogo e ao envolvimento dos trabalhadores nas decisões;

- Persistência de importantes assimetrias territoriais, assentes especialmente nas diferentes características do tecido produtivo e dos níveis de qualificação da mão-de-obra, sofrendo um desigual impacto dos fenómenos de reestruturação sectorial, o que gera mais desigualdades no mercado de trabalho, quer no plano sectorial quer regional.

Perante este quadro no campo das relações laborais não espanta, portanto, o acentuar das desigualdades na distribuição da riqueza em Portugal, como tem sido repetidamente revelado por estudos recentes (Eurostat, 2006 *in* LBRL, 2007).

Por exemplo, as disparidades entre os segmentos melhor e pior remunerados são marcantes: no ano 2000, a diferença entre os rendimentos dos 20% que

auferiram rendimentos mais altos e os 20% pior remunerados era 6,8 vezes maior a favor dos primeiros, passando essa mesma diferença para 6,9 vezes no ano 2005 (embora esse diferencial tenha sido ainda mais acentuado dez anos antes, quando se situava em 7,4 vezes, em 1995). Esta situação, como muitas outras, é bem mais grave em Portugal do que na média dos países da União Europeia (na EU/15, o diferencial era, nesse ano, de 4,8 vezes) e ainda mais evidente na comparação com um país como a Dinamarca, onde essa discrepância era apenas de 3,5 vezes. Segundo dados do Eurostat e do PNUD (2004), Portugal é dos países europeus onde a desigualdade social é maior. Os elevados valores da desigualdade (medida pelo índice de Gini, que afere as desigualdades segundo uma escala que varia entre um valor mínimo de 0 e um máximo de 100), colocam Portugal na cauda dos países europeus, além de que cerca de 20% da população vive ainda no limiar da pobreza, aumentado as bolsas de exclusão, a precariedade no emprego e o sobrendividamento das famílias. Os diagnósticos disponíveis têm vindo, todos eles, a reiterar esta tendência. No Livro Branco das Relações Laborais (Dezembro de 2007) constata-se que as desigualdades se acentuaram entre 1995 e 2005, o que foi comprovado por todas as escalas de medição utilizadas (seis no total), tendo, por exemplo, o índice de Gini revelado o seu agravamento, no mesmo período de 34,4 para 35,1 (LBRL, 2007, 42-43).

Em sectores específicos, como os jovens e as mulheres, as diferenças de oportunidades continuam a ser flagrantes, sendo portanto categorias sociais através das quais as novas desigualdades têm vindo a consolidar-se, o que é manifesto em indicadores como os índices de desemprego, de precariedade (contratos a termo, recibos verdes, trabalho a tempo parcial, etc.), as diferenças entre os níveis salariais e as oportunidades de emprego. O desemprego de jovens licenciados tem vindo igualmente a agravar-se nos últimos anos, e os contratos não permanentes atingem especialmente este segmento, chegando os valores do emprego precário a situar-se, no primeiro trimestre de 2007, em 34,2% para os trabalhadores com menos de 35 anos e tendo mesmo atingido os 51,7%, no segundo semestre desse ano, para os menores de 25 anos (INE, 2007, Inquérito ao Emprego).

As mulheres, se bem que possuam um elevado peso no mercado de trabalho português (um dos mais feminizados da Europa) e a sua presença seja maioritária entre a população empregada que completou o ensino secundário e superior, continuam ainda a ser vítimas de segregação no campo profissio-

nal, o que se comprova pela sua menor presença na categoria dos profissionais qualificados. Considerando as percentagens, segundo o sexo, verifica-se que enquanto 71,6% dos homens com níveis de educação mais avançados pertencem àquela categoria (quadros médios e superiores), apenas 54,6% das mulheres se encontravam em posições idênticas, em 2005 (Rosa, 2008).

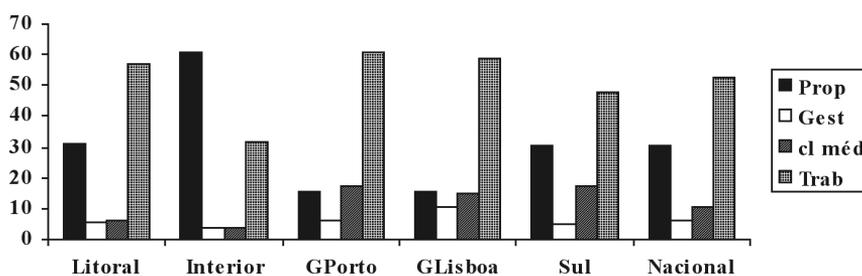
### *Estrutura de classes e classe média*

Estas linhas de transformação reflectem-se naturalmente em variadíssimos domínios da sociedade, mas não são por si sós suficientes para uma compreensão sistemática da recomposição das classes sociais em Portugal. São, aliás, raros os trabalhos empíricos neste campo com uma representatividade nacional. Uma pesquisa realizada há cerca de dez anos sobre as classes sociais na sociedade portuguesa (Estanque e Mendes, 1997) veio revelar, com evidência empírica, algumas das referidas tendências de fragmentação entre as classes. Recorrendo ao modelo de análise de Erik Olin Wright foi possível verificar a ampla variedade de posições de classe, designadamente entre os trabalhadores assalariados. A pesquisa permitiu identificar – e de certo modo antecipar – um conjunto de fenómenos que, em anos mais recentes, se têm vindo a tornar ainda mais visíveis em Portugal. Como atrás foi referido, este modelo baseia-se na distribuição desigual dos seguintes recursos: propriedade dos meios de produção; credenciais educacionais e em qualificações; recursos organizacionais ou de autoridade. Uma vez operacionalizados (e após o tratamento da informação recolhida através de um inquérito nacional) a articulação destes três critérios permitiu a construção de uma matriz de doze localizações de classe (podendo, no entanto, agregar algumas dessas categorias e dar lugar a tipologias simplificadas). Mais adiante, irei referir a tipologia mais alargada (na qual se comparam os resultados nacionais com os obtidos na região industrial do calçado), mas, para já, vale a pena observar a distribuição regional das classes, segundo um modelo condensado em quatro posições<sup>9</sup>.

Desta configuração ressalta uma certa dicotomia em que a categoria dos proprietários dos meios de produção (que corresponde aos empregadores e trabalhadores independentes, incluindo a pequena burguesia agrícola, que então correspondia a cerca de 12% da população activa), por um lado, e a dos trabalhadores menos qualificados, por outro, surgiam com maior peso,

enquanto as posições intermédias (a classe média e os gestores) apareciam com valores percentuais muito reduzidos. As variações regionais exprimem, como é natural, a maior concentração dos serviços nos maiores centros urbanos e, portanto, revelam uma maior presença dos segmentos tradicionais (actividades de agricultura e comércio familiar, por exemplo) nas regiões rurais do interior e litoral.

**Gráfico 2**  
Distribuição regional da estrutura de classes (4 localiz) \* [%]



Fonte: Inquérito à Estrutura de Classes na Sociedade Portuguesa, in Estanque e Mendes, 1997.

\* Proprietários; Gestores; Classe média; Classe Trabalhadora.

Os resultados desse estudo revelaram, entre outras coisas, que a categoria de classe dos «proletários»<sup>10</sup> possuía, na década de noventa, um peso percentual de 46,5% da população activa empregada, sendo que destes, cerca de 24% trabalhavam no sector público. Isso permitiu ainda mostrar que uma parte importante dos assalariados dos serviços corresponde a um segmento bastante despojado de recursos, sinal de que a terciarização não significa um simples «engrossar» da classe média. Algumas das camadas inseridas nesse sector davam já, nessa altura, mostras de declínio e perda de estatuto. Por sua vez, as categorias intermédias de quadros superiores e chefias, qualificados e semiqualificados, não ultrapassavam os 5,6% da população empregada, e os restantes segmentos de classe média (com poucas qualificações e autoridade) somavam no total apenas 11,5%. Importa, além disso, sublinhar que esses sectores de classe média se empregavam numa maioria de cerca de 55% no sector público, a comprovar o peso da administração pública na promoção da classe média portuguesa.

O maior ou menor peso relativo da classe média, na estrutura socioprofissional, constitui, sem dúvida, um indicador precioso para medir o nível de

modernização ou de desenvolvimento tecnológico de cada sociedade. Basta lembrar que todo o aparelho legislativo e de enquadramento institucional, que o Estado leva a cabo, produz e reproduz múltiplas interdependências entre a acção estatal e a vida económica mais geral. A estruturação da actividade produtiva ocorre através de uma diversidade de canais, sendo exemplos disso o investimento em novas tecnologias e em conhecimento científico, a capacidade de promover instituições de regulação dos conflitos laborais ou as políticas educativas. Assim, as actividades coordenadas pelo Estado, nomeadamente nos campos da saúde, da educação, da segurança social e do emprego, podem estimular o aumento de sectores profissionais qualificados, funcionários administrativos, técnicos e especialistas de diversos tipos, fazendo crescer a classe média assalariada.

É justamente devido a esse peso do sector público na estruturação da classe média portuguesa que, perante um contexto de contracção de despesas e a necessidade de reestruturação dos serviços administrativos, essa categoria social vem evidenciando toda a sua fragilidade. Os resultados acima assinalados são a esse título ilustrativos, sobretudo se atendermos a que uma parte significativa dos funcionários e empregados do sector terciário (público e privado) denotam uma escassa solidez no que concerne ao controlo de recursos de poder e credenciais de diversos tipos. Não só as condições de vida materiais mas também a posição de *status* disso se ressentem.

Um inquérito posterior realizado pelo ISSP (*International Social Survey Programme*), no âmbito de um estudo conduzido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, baseado em critérios idênticos, revelou um relativo crescimento das categorias intermédias com mais qualificações (19%) e uma redução da categoria proletária (31,2%). Mas, tanto os quadros intermédios com posições de autoridade, como por exemplo os supervisores, continuavam a ter um peso muito inferior ao dos outros países usados como termo de comparação (Cabral *et al.*, 2003)<sup>11</sup>.

Estas tendências exprimem a enorme complexidade de uma sociedade em transição problemática, atravessada por múltiplas contradições e fortes desigualdades sociais. Ao contrário do que aconteceu nos anos oitenta, têm-se observado nos últimos anos sinais de quebra de alguns dos sectores da força de trabalho que pareciam já estar instalados em posições seguras da classe média. O fraco crescimento económico, a contenção das despesas e as refor-

mas em curso no tecido produtivo estão a atingir directamente a administração pública e a dita classe média. Conforme demonstram os diversos estudos e fontes estatísticas já citados, a riqueza voltou a concentrar-se nas mãos de muito poucos, como os grandes empresários ou os gestores de topo dos grupos económicos mais poderosos, reforçando as disparidades e *empurrando para baixo* diversos sectores profissionais qualificados. As linhas divisorias da desigualdade e da diferença tornaram-se mais fluidas, mas as barreiras permanecem.

Às contradições clássicas, entre trabalho manual e emprego no terciário, entre trabalhadores e empresários, entre ricos e pobres, excluídos e incluídos, mulheres e homens, etc., somaram-se nas últimas décadas as demarcações induzidas pela globalização, entre qualificados e não-qualificados, info-incluídos e info-excluídos, emprego estável e emprego precário, licenciados e não-licenciados, portugueses e imigrantes, trabalhadores legais e ilegais, maioria e minorias étnicas ou sexuais, etc., etc. Paralelamente, a crise social e económica que temos vivido nos últimos anos tem vindo a acentuar sobremaneira a precariedade e a contribuir para gerar novas segmentações e desigualdades.

### *Desigualdades e mobilidade social*

A partir de dois segmentos sociais bem distintos, como são os casos dos trabalhadores manuais da indústria e dos estudantes universitários, podem revelar-se outras dimensões e dinâmicas de segmentação classista, sempre associadas aos processos mais gerais de mudança social. Directa ou indirectamente relacionada com a regulação estatal, a lógica competitiva do mercado incide tanto no sector produtivo como no campo institucional, penetrando em diferentes dimensões da vida social.

Em sectores industriais como o têxtil e o calçado, por exemplo, tornam-se cada vez mais claros os efeitos do esgotamento do velho modelo produtivo, baseado no trabalho intensivo e no baixo custo da força de trabalho, o que tem vindo a intensificar-se perante a crescente exposição à concorrência dos países de mão-de-obra barata.

Mas os impactes da globalização e do mercado incidem igualmente noutros domínios, como acontece no campo do Ensino Superior. A internacionali-

zação das universidades e a expansão do acesso a esse nível de ensino assumem contornos particulares nos países europeus e em Portugal. Para além dos próprios títulos académicos obedecerem também à lógica do mercado, a democratização do acesso à Universidade, a pressão para a homogeneização das certificações e para uma maior abertura e ligação das instituições ao tecido económico requerem um novo olhar sobre o papel do Ensino Superior na recomposição das desigualdades sociais e na promoção da mobilidade social. Nessa medida, é necessário considerar estes contextos no sentido de compreender os contornos específicos de que se revestem as actuais tendências de recomposição social em toda a sua amplitude.

### *A estrutura de classes no sector do calçado*

Sendo a sociedade portuguesa, como se sabe, ainda bastante marcada pelo peso do sector industrial, vale a pena referir algumas das suas particularidades quanto à reconfiguração das desigualdades. Ao proceder à comparação entre a estrutura das classes a nível nacional e a região do calçado – a partir de uma pesquisa centrada na zona de São João da Madeira (Estanque, 2000)<sup>12</sup> –, foi possível verificar os profundos contrastes sociais entre o País e esta região. A partir daqui, podemos perceber melhor o quadro social em que se encontram os sectores mais tradicionais da economia do nosso país.

Estes resultados exprimem bem a realidade da indústria portuguesa e as condições de trabalho que nela vigoraram ao longo das últimas décadas. Desde logo, as posições de classe média – que, como já foi dito, são pouco consistentes a nível do País – praticamente desaparecem nesta região. Os sectores mais qualificados da força de trabalho oscilam entre os 0,3% e os 0,7% (ou seja, a dita «classe média» praticamente desaparece), enquanto a categoria «proletária» aumenta drasticamente o seu peso para 60,2%. Um dado que ilustra bem as baixas qualificações da maioria da força de trabalho neste sector industrial. Esta informação é em parte corroborada por um outro estudo que abordou também o sector do calçado, efectuado por uma equipa coordenada por Roberto Carneiro (DGEFP, 2000), que nos mostrou, entre outros aspectos, o grande volume de «profissionais semiquualificados» e «não-qualificados» (que somavam 68% do total de trabalhadores, segundo dados de 1994), enquanto os «profissionais qualificados» detinham baixíssimas habilitações escolares (82% dessa categoria possuía o ensino básico incomple-

to). Um quadro social que, no entanto, não impediu o grande dinamismo competitivo do sector, entre os anos setenta e o final do século passado (*Ibidem*, p. 159).

**Tabela 1**  
**Distribuição da força de trabalho pela matriz das localizações de classe**  
**(percentagens totais das amostras nacional e regional)**

Proprietários	Não proprietários (assalariados)			
<b>1. Capitalistas/ /Burguesia</b>	<b>4. Gestores qualificados</b>	<b>7. Gestores semiqualeificados</b>	<b>10. Gestores não-qualificados</b>	Recursos Organizacionais + > 0 - -
Portugal 0,8% Região 2,3%	Portugal 2,6% Região 0,7%	Portugal 1,2% Região 0,3%	Portugal 2,6% Região 2,7%	
<b>2. Pequenos empresários</b>	<b>5. Supervisores qualificados</b>	<b>8. Supervisores semiqualeificados</b>	<b>11. Supervisores não-qualificados</b>	
Portugal 7,1% Região 7,0%	Portugal 1,0% Região 0,3%	Portugal 0,8% Região 0,0%	Portugal 5,3% Região 2,7%	
<b>3. Pequena burguesia</b>	<b>6. Técnicos não-gestores</b>	<b>9. Trabalhadores semiqualeificados</b>	<b>12. Proletários</b>	
Portugal 22,6% a) Região 19,1% b)	Portugal 3,6% Região 0,7%	Portugal 5,8% Região 4,0%	Portugal 46,5% Região 60,2%	
	+	> 0	-	
	Credenciais/Qualificações			

a) PBagric 12,4%  
 b) PBagric 6,4%

Fonte: Inquérito às Classes Sociais em Portugal (in Estanque, 2000)  
 Portugal: N = 1101; Região da indústria do calçado (SJM, VF, OA): N = 299.

Efectivamente, a região de São João da Madeira evidencia, desde há várias décadas, uma dinâmica inquestionável do tecido empresarial (onde pontificam as pequenas e as microempresas) cujos proprietários foram na sua grande maioria antigos operários. Não surpreende, por isso, que os inquéritos aí aplicados tenham revelado elevados fluxos de mobilidade social, ainda que os volumes de reprodução social sejam igualmente muito acentuados. Por exemplo, em 28% dos empregadores os seus pais eram também empregadores, mas em 44% deles os pais eram proletários; por sua vez, em 70% dos proletários, os seus pais também o eram, mas 22% eram oriundos de pais proprietários. Considerando globalmente a estrutura classista das duas gera-

ções comparadas, verificou-se que a lógica das desigualdades permaneceu praticamente intacta. Por outro lado, não deixa de ser curioso que, no plano das atitudes subjectivas, muitos trabalhadores desta região, incluindo uma parte dos «proletários», se considerassem a si próprios membros da «classe média» e tendessem a manifestar opiniões sobre a sociedade e as relações de trabalho muitas vezes coincidentes com o discurso patronal (Estanque, 2000 e 2003).

A força do mercado e a competição individual entre os trabalhadores conjugam-se com a sua vinculação espacial e a matriz cultural tradicional, marcada pela escassez económica e pelas referências simbólicas ao mundo rural. Mas, ao mesmo tempo, a lógica de acumulação e a entrega a actividades económicas complementares (em paralelo com o trabalho assalariado) permitem até certo ponto atenuar as dificuldades e resistir a situações de crise. E se é assim no plano material, também em termos simbólicos se pode recordar a importância dos grupos de referência (em geral coincidentes com a condição da família de origem), como mecanismos facilitadores da «privação relativa», que é como quem diz, da aceitação de condições de trabalho fabril extremamente duras (como adiante mostrarei). Os processos de reestruturação neste tecido industrial têm vindo (nesta e noutras regiões do País) a traduzir-se no encerramento e deslocalização de muitas empresas, aumentando os índices de desemprego e de pobreza. Mas, embora estas situações se tenham intensificado no início dos anos 2000, daí não resultou um aumento significativo da conflitualidade social.

A principal conclusão a retirar daqui é a seguinte: as assimetrias e desigualdades sociais existentes no nosso país, além de assentarem em enormes discrepâncias de oportunidades e padrões de bem-estar material, promovem modelos de representação subjectiva, expectativas de vida e relações de trabalho ainda marcados por antigas formas de opressão e laços de dependência. Os tradicionais vínculos estruturados na esfera da comunidade, sob a forma de lealdades e laços tutelares, foram-se adaptando ao longo do tempo às exigências disciplinares da indústria, penetrando no seio das empresas e com isso permitindo que os seus mecanismos disciplinares se aperfeiçoassem. Assim, enquanto no início da industrialização a produção era ainda marcada pela lógica oficial e doméstica (as unidades produtivas situavam-se então na esfera familiar e obedeciam por isso ao modelo patriarcal, obrigando a produção a ajustar-se a essa realidade), numa fase posterior, com a

consolidação do modelo industrial, o processo foi-se invertendo, passando a ser os regimes fabris a estenderem-se de dentro para fora, isto é, a facilitar o controlo da hierarquia da empresa não só no seu interior como inclusivamente no seio da comunidade mais vasta e até no espaço doméstico (voltarei a referir este caso mais adiante, a propósito da observação participante realizada numa empresa de calçado).

### *A Universidade como plataforma de mobilidade e de reprodução social*

No início da década de setenta, os estudos sociológicos conduzidos por Adérito Sedas Nunes revelaram que a composição de classe dos estudantes do Ensino Superior correspondia, grosso modo, a uma pirâmide invertida. Em comparação com a estratificação social portuguesa da época, a esmagadora maioria dos estudantes era proveniente da ínfima minoria do estrato superior, enquanto o número daqueles que eram recrutados entre os estratos mais baixos da sociedade correspondiam a uma minoria residual. Por outro lado, enquanto há quarenta anos atrás a Universidade portuguesa era fortemente masculinizada, essa realidade alterou-se drasticamente, ao longo das últimas quatro décadas. O «índice de recrutamento de classe» utilizado em alguns estudos sobre esta questão permitiu medir o grau de probabilidade de os descendentes de uma dada categoria de classe atingirem o Ensino Superior. Um dado interessante a que se chegou (Mauritti, 2002, 92) refere-se à redução da diferença de oportunidades entre, por exemplo, um filho de «empresário, dirigente ou profissional liberal» e um filho de «operário» virem a frequentar o Ensino Superior. Essa diferença era de 16 para 1 em 1981, passando a ser de 5 para 1 em 1998. Isto reflecte, sem dúvida, uma clara abertura do acesso à Universidade a favor dos filhos da classe trabalhadora, mas não deixa também de demonstrar como a igualdade de oportunidades continua longe de ser cumprida.

Os trabalhos recentemente realizados no CES sobre as origens de classe dos estudantes<sup>13</sup> comprovam igualmente as tendências de abertura e democratização do Ensino Superior (Estanque e Nunes, 2003; Estanque e Bebian, 2007). Se nos lembrarmos do forte elitismo que caracterizava este nível de ensino há algumas décadas atrás, é notável a evolução ocorrida. Os resultados dos inquéritos aplicados aos estudantes da Universidade de Coimbra confirmam a presença significativa de jovens oriundos dos estratos sociais de

baixos recursos. No entanto, o acesso dos filhos de trabalhadores ao Ensino Superior não deve ser considerado como o simples resultado de um processo de mobilidade ascendente, já que os dados recolhidos nestes estudos se referem apenas à população universitária, não tendo, portanto, captado a influência da variável «classe» naqueles que não atingiram este nível de ensino.

Conforme mostram os valores do quadro abaixo, fica claro que a presença de filhos da classe trabalhadora é muito significativa, tal como o é a presença de uma maioria de mulheres (ao contrário do que acontecia nos anos setenta). As mudanças em curso na sociedade e no sistema educativo podem sem dúvida favorecer a mobilidade, mas o processo é complexo, não havendo uma relação causal directa entre a obtenção de um diploma de licenciatura e a conquista de um posto de trabalho com elevado estatuto social. Além disso, a reestruturação das profissões, sectores de actividade e do mercado de emprego em Portugal tem sido profunda, pelo que o conceito de «mobilidade social» é problemático e, nessa medida, importa não confundir reconversões profissionais de actividades em declínio com novas oportunidades ou processos de «ascensão».

**Quadro 1**  
Origem de classe dos estudantes, segundo o sexo [2000-2006] (%)

Categorias de Classes	2000		2006		Total	
	Ms	Hs	Ms	Hs	2000	2006
Empregadores	19,3	18,9	19,6	21,1	19,2	20,1
Trabalhadores conta própria	12,1	11,3	13,6	14,0	11,8	13,7
Gestores	6,4	9,8	11,7	14,9	7,5	12,8
Supervisores	14,2	16,8	15,2	17,3	15,0	15,9
Técnicos/Trab. semi-qual.	13,6	14,3	9,5	9,2	13,8	9,4
Trabs. não-qualificados	34,5	28,9	30,5	23,5	32,7	28,1
Total (N)	100	100	100	100	100	100

Fonte: Estanque e Bebiano, *Do Activismo à Indiferença: movimentos estudantis em Coimbra*, Lisboa, ICS, 2007, p. 103.

Entretanto, no quadro das tendências de liberalização e flexibilização do mercado de emprego verifica-se que a perda de prestígio, de estabilidade ou mesmo a redução dos direitos laborais em certas categorias socioprofissionais são, por vezes, coincidentes com o aumento dos níveis de escolaridade dos respectivos trabalhadores. Como é evidente, os chamados *McJobs* ou os empregos precários nos *call centers* e nas caixas de supermercado, por exemplo, continuam a ser posições desqualificadas, embora quem os ocupa possua um diploma de Ensino Superior. Daí que seja importante dar atenção aos recursos de autoridade e de qualificações efectivamente controlados no exercício da actividade profissional enquanto critérios relevantes da condição de classe.

A recomposição social resulta simultaneamente de efeitos da mudança estrutural e de novos canais de oportunidade, mas estes nunca são iguais para todos (Mendes, 2001). Por outro lado, a questão da educação e da sua crescente expansão motivou uma desvalorização dos diplomas escolares, fazendo com que a preservação de posições privilegiadas na estrutura social exija a monopolização de títulos académicos mais selectivos e difíceis de alcançar. Tais processos funcionam segundo uma dialéctica de abertura e acesso, por um lado, mas de fechamento e exclusão, por outro. Não será por acaso que a par de uma abertura e «massificação» do Ensino Superior (que deveremos relativizar, dado o baixo volume de licenciados em Portugal, situando-se em torno dos 13% da população activa), o sistema vem ampliando a oferta de graduações e pós-graduações, alargando o leque dos títulos, segundo uma lógica de hierarquização em que, naturalmente, os graus académicos mais avançados (mestrados e doutoramentos) passarão a fazer a diferença.

O que até recentemente se aferia através da inclusão ou exclusão dos filhos de diferentes segmentos sociais no acesso à Universidade passa a ser aferido na base da distinção entre aqueles que ficam no primeiro ciclo (ou nos cursos politécnicos e profissionais) e os que prosseguem o seu caminho até atingirem os níveis de pós-graduação e, porventura, frequentando instituições mais prestigiadas e inacessíveis. Significa isto que a forte mobilidade estrutural e absoluta que ocorre em sociedades em rápida transformação é muitas vezes compatível com a manutenção das desigualdades de oportunidades, quer nas carreiras profissionais quer no acesso a credenciais escassas (Cabral, 1997; Grácio, 1997; Estanque, 2000 e 2004). De resto, autores consagrados da Sociologia têm colocado a tónica na capacidade de reprodu-

ção/reconversão da sociedade, chamando a atenção para os mecanismos sociais que promovem a «distinção» das elites, aperfeiçoando ou afunilando os canais de subida – numa lógica *top down* – e, de certa forma, impondo uma espécie de «ditadura estratificacional a partir de cima», para usar uma expressão célebre de Frank Parkin (Parkin, 1979; Bourdieu e Passeron, 1978; Bourdieu, 1979).

### *Da percepção dos conflitos aos mecanismos de aceitação*

Outro campo a ter em conta diz respeito às representações e percepção dos conflitos de interesses existentes na sociedade. No estudo atrás citado (Estanque, 2003), a sociedade portuguesa aparece como aquela em que está mais enraizada a ideia de que existem interesses conflituais muito significativos entre todas as oposições consideradas. Significará isto que os Portugueses possuem uma consciência mais nítida de que a sociedade é atravessada por fortes antagonismos?

Nos anos oitenta, um estudo internacional sobre a IBM, considerou que Portugal revelava um baixo índice de individualismo, enquanto indicadores como a «recusa da insegurança» e a «distância ao poder» eram os traços mais salientes na sociedade portuguesa (Hofstede, 1980). Quer isto dizer que os Portugueses tendem a incorporar elevados níveis de tolerância perante as discrepâncias de poder e de *status*, ao mesmo tempo que colocam a questão da segurança como uma das maiores preocupações. Esta indicação tem, aliás, vindo a ser reiterada por estudos mais recentes (Cabral, 1997; Estanque, 2000 e 2006a). Assim, a percepção da existência de contradições que atravessam a sociedade não significa uma intolerância face às mesmas. Apon-ta antes para a ideia de que existem oportunidades e privilégios para uns e dificuldades e sacrifício para outros, mas isso vai de par com padrões de «privação relativa» que conduzem à aceitação ou a sentimentos de impotência, anulando deste modo a emergência de conflitos abertos (Cabral *et al.*, 2003; Estanque, 2003).

Se atentarmos na clivagem entre a classe trabalhadora e a classe média, por exemplo, verifica-se que, em Portugal, 63,2% dos inquiridos a consideram muito importante, já que referem a existência de conflitos de interesse «fortes» ou «muito fortes» entre aqueles dois segmentos sociais (Estanque, 2003,

94). Não só os padrões de vida de cada uma dessas categorias («classe trabalhadora» e «classe média») são vistos enquanto divergentes, como, além disso, faz supor que há uma luta simbólica pela usurpação e pela demarcação entre ambas. Por outro lado, e ainda segundo o citado estudo, Portugal é um dos países (ao lado do Brasil)<sup>14</sup> onde estão mais presentes ideias como a de que «é preciso ser corrupto para se ter êxito na vida» (40,7% de concordância), ou a de que «as desigualdades existem porque beneficiam os ricos e poderosos» (80%), e também a de que «as desigualdades continuam porque as pessoas não se unem para lutar contra elas» (69,6%) (Cabral *et al.*, 2003). Estas indicações evidenciam bem a persistência da ancestral oposição entre as elites e o povo, que hoje se reflecte na avaliação negativa do poder institucional e nos sentimentos de impotência e de descrença para mudar uma situação condenada pela maioria.

A referida pesquisa mostrou igualmente que em Portugal cerca de 37% dos «proletários» se autoconsideram membros da «classe média», e o mesmo acontece com 52% dos empregadores (Estanque, 2003, 100). Ressalta daqui uma espécie de *efeito de classe média*, enquanto referente simbólico no imaginário da população, isto é, um efeito atractivo que coloca a noção de classe média no centro das representações de muitos portugueses. Isto pode ajudar-nos a interpretar a percepção dos interesses entre classe trabalhadora e classe média como conflituais, mas também mostra como as expectativas e identificações subjectivas podem neutralizar a sua reconversão numa conflitualidade colectiva<sup>15</sup>.

O conflito entre directores e trabalhadores é aquele que recolhe maior volume de respostas a assinalá-lo como relevante (87,8%), o que comprova a centralidade das relações de trabalho enquanto campo de estruturação das desigualdades, quer em termos objectivos quer no plano subjectivo. Mas, a percepção das clivagens existentes na produção deve ser interpretada em ligação com a elevada margem de tolerância perante o exercício da autoridade, como atrás foi referido. Dessa conjugação resulta um duplo efeito. Por um lado, quem ocupa posições de destaque e lugares de chefia exige uma dedicação sem limites por parte dos subordinados. Por outro lado, os próprios subordinados, ou por falta de alternativas ou porque esperam daí retirar algum retorno, não raro deixam-se enredar numa lógica de resignação, alimentada por sentimentos de lealdade incondicionais, amplificando assim os recursos de autoridade dos seus superiores.

*Conflito, desigualdade e aceitação no interior da fábrica*

No actual panorama, e sobretudo quando a relação salarial é precária, o trabalhador sabe que pode a qualquer momento ser descartado. Daí, o retraimento, os mecanismos subjectivos de fuga, de evasão mental, o medo de retaliações, etc., que, apesar de alimentarem em geral um forte sentimento de contrariedade no trabalho, se traduzem na recusa em participar no activismo sindical ou noutras formas de acção colectiva. Porém, as culturas de ressentimento escondem no quotidiano fabril uma multiplicidade de formas tácitas de resistência face aos mecanismos disciplinares. Trata-se de jogos de poder quase invisíveis, mas de grande relevância sociológica, conforme pude testemunhar através da observação participante realizada numa fábrica de calçado (Estanque, 2000).

Olhando mais de perto a vida quotidiana no espaço fabril, foi possível detectar não apenas um flagrante contraste entre o grupo operário e a hierarquia da empresa, mas também as clivagens e divisões no seio dos próprios trabalhadores. E isto é bem ilustrativo de que o critério da «classe» não é o único que define as desigualdades.

Por exemplo, as desigualdades de género mostraram-se muito evidentes, quer nas diferenças salariais (para tarefas semelhantes funcionam tabelas distintas), quer em especial no modo como as relações de poder assumem contornos particulares quando está em causa a mão-de-obra feminina. A autoridade adquire neste caso traços bem mais discricionários e arrogantes. Isso mesmo era visível no comportamento das chefias, sempre mais violento quando dirigido ao grupo de mulheres. Um pequeno defeito detectado numa operação poderia ser motivo para castigar uma jovem e «mandá-la lá para fora» durante um certo período de tempo (tempo que era obviamente descontado no salário, num mínimo de meia hora), não sem que antes surgisse a inevitável reprimenda, gritada na frente de todos. A humilhação era por vezes tão grande que muitas operárias desfaziam-se em lágrimas.

Um outro aspecto interessante diz respeito aos jogos sexistas em que rapazes e raparigas permanentemente participavam, a ilustrar que o estatuto da mulher como «objecto sexual» se estendia ao interior da fábrica. Eram comuns as referências a casos de assédio sexual nas empresas, bem como as restrições quanto ao uso do WC, os despedimentos arbitrários de grávidas e até situa-

ções de violência física, algumas delas resolvidas em tribunal e relatadas na imprensa (veja-se Estanque, 2006). Tratando-se de um sector de maioria feminina, as posições de chefia são quase exclusivamente ocupadas por homens (sem surpresa, mas um dado que não pode ser omitido). A fábrica é um mundo marcado pela virilidade e as *relações na produção* espelham essa realidade, ainda que as próprias mulheres participem activamente na reprodução dessa lógica. O facto de a mão-de-obra feminina ser tradicionalmente mais dócil, quer perante o poder empresarial quer perante o poder masculino, mostra toda a pertinência das formulações críticas desenvolvidas por diversos estudos feministas, nomeadamente, a tendencial coincidência que subsiste entre os segmentos mais precários e mal pagos da força de trabalho e a sua feminização (Smith, 1999; V. Ferreira, 2003; Crompton, 1997 e 2006).

Estes problemas, aliados ao facto de se tratar de um dos sectores produtivos onde se praticam os níveis salariais mais modestos da UE, não impedem, porém, que a contestação colectiva e a participação sindical sejam baixas. As taxas de filiação no sindicato situam-se acima da média, mas isso não significa qualquer adesão dos trabalhadores ao ponto de vista patronal, pelo menos no que se refere aos assuntos laborais. O que prevalece é uma resistência tácita, uma rebeldia dissimulada que se exprime numa forte clivagem cultural e identitária entre a colectividade operária e a hierarquia da empresa. Esta realidade mostra bem como o grupo operário percebe em termos antagónicos os interesses em presença no mundo fabril, mas trata-se de um tipo de antagonismo eminentemente cultural sem grande significado político. Ou seja, poder-se-ia falar da presença de um *instinto de classe* que parece sobrepor-se à consciência individual e colectiva. As tácticas subtis e os comportamentos transgressivos dos trabalhadores<sup>16</sup>, através da pequena sabotagem e das microrrupturas face ao sistema de controlo, estruturam-se no interior da fábrica sob a forma de jogos de poder, interacções e lógicas de evasão mental que funcionam como válvulas de escape ou compensações de uma dignidade agredida (Burawoy, 1979; Estanque, 2006). A esta dimensão junta-se ainda a já mencionada interpenetração de dinâmicas identitárias e redes de relações informais entre a fábrica e a comunidade, através de uma teia de vínculos e interdependências tendentes a neutralizar potenciais conflitos e a facilitar a aceitação. Estamos perante uma dinâmica sociocultural que se conjuga com regimes de «paternalismo despótico», dando lugar a uma pragmática capaz de reverter a tensão conflitual em eficazes «mecanismos de consentimento» (Burawoy, 1979, 1985 e 2001; Estanque, 2000; Savage, 2004).

O carácter ambíguo deste caso permitiu, pois, realçar a interdependência entre uma lógica de classe e a dinâmica cultural da colectividade que se assume como um autêntico amortecedor desse antagonismo, revertendo-o em meras ameaças, sempre atenuadas à medida que o clima de tensão é descomprimido através dos pequenos «furos» que se abrem e fecham num sistema dotado de grande capacidade de resiliência. Uma ambiguidade que o próprio sindicato do sector procurou gerir com alguma astúcia, ao prestar atenção ao permanente entrecruzar de lógicas globais (os efeitos dos mercados e investimentos internacionais) e de identidades culturais locais (as subjectividades de uma força de trabalho inserida nas redes comunitárias, mas ao mesmo com forte sentido individualista e materialista). Com efeito, apesar das referidas dificuldades de mobilização, o sindicato teve um papel de relevo na busca de novas formas de intervenção e acção emancipatória. Como mostrei noutro texto (Estanque, 2004), a intervenção da estrutura sindical local posicionou-se ao longo desse período numa dupla fronteira: entre o poder capitalista da indústria e o associativismo comunitário; e entre os movimentos e redes transnacionais anticapitalistas e a defesa dos trabalhadores na empresa, ajudando a resolver os seus problemas concretos. Durante muitos anos, a liderança do sindicato (cujo líder era um ex-trotsquista) procurou conjugar a velha linguagem da «luta de classes» com o sentido pragmático da acção. A tentativa de reinvenção utópica aliou-se a uma constante busca de diálogo com as entidades empregadoras.

O caso estudado mostrou igualmente que, embora contidas sob representações subjectivas de elevada tolerância, as relações laborais podem reverter-se numa conflitualidade desregulada, de consequências imprevisíveis, em particular se as condições de vida se agravarem bruscamente para lá das margens de «privação relativa» toleráveis. Em algumas acções grevistas e de luta reivindicativa mais intensa, os mesmos trabalhadores despolitizados e aparentemente resignados no quotidiano assumiram comportamentos de grande radicalismo, que o próprio sindicato teve dificuldades em conter. O que, de resto, é revelador do risco que se corre quando a via do diálogo e os canais de comunicação entre a hierarquia e os trabalhadores são abafados ou subvertidos. Da mesma forma que o paternalismo pode facilmente reverter-se em autoritarismo, a aceitação submissa pode repentinamente resvalar para o radicalismo descontrolado. Isto demonstra, uma vez mais, que o conflito está sempre lá, ainda que por vezes escondido sob poderosas estruturas de constrangimento ou sob cortinas de natureza sociocultural como as que

acabei de descrever. Neste caso, ambas as lógicas se conjugam no sentido de evitar uma efectiva procura de consensos e compromissos através da negociação. Sendo um caso dotado de especificidades próprias, não deixa de ser ilustrativo de ambientes de trabalho que persistem ainda em muitos sectores produtivos da sociedade portuguesa.

#### *Participação e indiferença: representações e atitudes da juventude estudantil*

A dimensão subjectiva pode ainda servir para compreender o maior ou menor grau de envolvimento dos indivíduos na vida social e nas estruturas associativas. Na verdade, a predisposição para a participação no espaço público exprime o potencial da acção colectiva e dos movimentos sociais. Por conseguinte, as atitudes subjectivas de uma dada população incidem, directa ou indirectamente, na conflitualidade social. E o movimento estudantil constitui um interessante barómetro a este respeito. Vale a pena, portanto voltar a referir os resultados de inquéritos recentes aplicados aos estudantes da Universidade de Coimbra. As orientações perante a vida social e pessoal foram critérios relevantes na análise, uma vez trabalhados de acordo com a tipologia de orientações utilizada neste estudo (Machado, *et al.*, 1990 e 2003). A mesma foi organizada na base de dois eixos: no primeiro, contrapõem-se o investimento no interesse individual *versus* o investimento no colectivo; e, no segundo, contrapõem-se o investimento no dia-a-dia *versus* o investimento no longo ou médio prazo. Daqui resultaram quatro orientações subjectivas distintas: 1) *quotidiano autocentrado*, que dá primazia ao quotidiano e aos interesses individuais; 2) *quotidiano sociocentrado*, que dá primazia ao quotidiano com envolvimento social e colectivo; 3) *projecto autocentrado*, que privilegia um projecto de futuro com primazia do interesse individual; e 4) *projecto sociocentrado*, ou seja, um projecto centrado numa ideia de futuro com envolvimento social e com primazia do interesse colectivo.

Interpretando os resultados obtidos – em dois momentos distintos, 2000 e 2006 – foi possível identificar algumas tendências interessantes. Primeiro, concluiu-se que, enquanto as orientações «autocentradas» se acentuaram, as «sociocentradas» declinaram. Segundo, as sociabilidades são agora mais centradas nas preocupações de médio prazo do que na mera convivialidade quotidiana, como acontecia seis anos antes. Terceiro, a aposta num «projecto» com envolvimento no colectivo, tem vindo a enfraquecer (quer no quoti-

diano quer no médio prazo). Esta tendência é mais acentuada por parte do sexo feminino.

**Quadro 2**  
Atitudes perante a vida e a sociedade, segundo o sexo (%)

	Quotidiano Autocentrado		Quotidiano Sociocentrado		Projecto Autocentrado		Projecto Sociocentrado	
	2000	2006	2000	2006	2000	2006	2000	2006
<b>Feminino</b>	7,4	10,7	36,2	24,9	22,0	38,4	34,4	26,1
<b>Masculino</b>	13,1	20,5	27,8	17,1	27,8	30,7	31,4	31,7
<b>Total</b>	9,3	14,1	33,4	22,1	23,9	35,7	33,4	28,1

Fonte: Inquéritos aos Estudantes da UC (2000 e 2006), Centro de Estudos Sociais.

Assim, quanto à distribuição segundo o sexo, a comparação revela que em 2000 as raparigas eram maioritárias em itens como *projecto sociocentrado* (34,4% contra 31,4% de rapazes) e *quotidiano sociocentrado* (36,2% F contra 27,8% M), e claramente minoritárias nos dois restantes tipos de representações sociais, quer no *projecto autocentrado* (22% F contra 27,8% M) quer no *quotidiano autocentrado* (7,4% F contra 13,1% M). Porém, em 2006 o segmento feminino passou a estar em minoria, e a uma distância significativa dos rapazes, no caso da opção *projecto sociocentrado* (26,1% F contra 31,7% M), situação esta que se inverte no item *projecto autocentrado* (38,4% F contra 30,7% M). Tudo isto deixa transparecer uma clara viragem das raparigas quanto às suas orientações perante a sociedade.

Aparentemente, interfere aqui um efeito que se prende com as alterações em curso no mercado de trabalho. As incertezas no acesso dos jovens ao primeiro emprego, após o final do curso, tal como o desemprego de licenciados parecem constituir as razões de fundo deste acentuar do «individualismo» (tanto no imediato como no médio prazo). Já a maior inclinação dos rapazes para o *projecto sociocentrado* (mas, note-se, em termos absolutos também minoritária) relaciona-se, provavelmente, com a sua participação mais assídua nas estruturas associativas, enquanto as raparigas parecem investir mais nos resultados académicos e, aparentemente, no acesso ao emprego. Estes resultados não podem, contudo, deixar de ser pensados no quadro mais geral de afastamento dos cidadãos em relação aos problemas sociais e políticos. O

que se traduz, por exemplo, no elevado numero de abstenções nos actos eleitorais ou na quebra de filiação associativa e sindical<sup>17</sup>.

Nos actos eleitorais para a direcção geral da AAC, os índices de participação são em geral muito baixos, tendo a abstenção atingido os 75% nas últimas eleições para os órgãos da Associação (em Novembro de 2007). A isto se juntam ainda outros resultados do mesmo estudo, como sejam, a elevada percentagem de estudantes (49%) que consideram ser a estrutura dirigente da AAC «*um organismo elitista que promove o acesso à política*» ou ainda os 34% que responderam que aquele órgão «*está um pouco distante dos interesses e dos problemas dos estudantes*» (Estanque e Bebiano, 2007, 142-152).

Afirmar que o movimento estudantil ou que os movimentos sociais em Portugal são fracos já se tornou trivial. É sabido que existe um divórcio preocupante entre os cidadãos e as instituições políticas, nomeadamente os partidos políticos. Embora estes sejam os principais agentes da democracia representativa, convém lembrar que só uma sociedade civil forte e activa pode suscitar o reforço do sistema democrático. Quer isto dizer que a «representação» para ser efectiva requer maior consciencialização e maior «participação» dos cidadãos no exercício da cidadania activa, sob a forma de estruturas associativas e de democracia participativa. Ora, quando as camadas mais jovens e mais escolarizadas se mostram desinteressadas e se alheiam dos problemas públicos, há motivos de apreensão quanto ao futuro.

O papel da juventude na transformação das nossas sociedades é inquestionável, pelo menos desde os anos sessenta. No momento em que se celebram os quarenta anos do Maio de 68, convém lembrar o papel dos novos movimentos sociais dessa época como principais actores do conflito social, cultural e político, contribuindo para uma viragem do paradigma político do Ocidente, introduzindo no debate público uma *crítica artística* (por oposição à *crítica social* protagonizada pelo marxismo e o movimento operário), ajudando ao surgimento de um novo espírito do capitalismo (Boltanski e Chiapello, 1999). E o papel do movimento estudantil enquanto novo sujeito da transformação foi aí decisivo, assumindo-se através de uma marca geracional em ruptura com o passado, deixando até hoje uma herança que perdura no cenário sociocultural e no activismo político das democracias modernas.

Apesar de, também neste aspecto, a sociedade portuguesa ter tido as suas particularidades (dado o regime autoritário, conservador e colonialista que vigorava na década de 60), os movimentos estudantis não deixaram de ter importância na Universidade portuguesa. Como é sabido, a intensidade do movimento estudantil em Coimbra atingiu o seu ponto culminante na chamada «crise de 69». Nem o apertado controlo e a repressão policial do regime de então impediu os estudantes de promoverem formas inovadoras de contracultura, de ousarem resistir e agir contra as ordens das autoridades – na defesa da liberdade associativa, contra um sistema de ensino caduco e pelo fim da guerra colonial –, conseguindo, em diversos momentos, abalar o Estado Novo de Salazar e Caetano.

Com o 25 de Abril de 1974, a realidade social alterou-se radicalmente. Tendo o período revolucionário sido marcado por uma intensa conflitualidade e agitação política, na qual a juventude estudantil teve também o seu espaço. Mas, de um modo geral, o seu protagonismo diluiu-se entre uma multiplicidade de movimentos populares e organizações políticas. Com a estabilização do regime democrático, democratizou-se também a Universidade, abrindo espaço para a participação dos estudantes nos seus órgãos de gestão. Nos anos oitenta, com a rápida expansão do Ensino Superior, a juventude viveu uma época de excesso, de fluidez, de mobilidade e de crescente individualismo. Os anos noventa trouxeram ainda algumas ondas de protesto e lutas académicas, designadamente em torno da instituição das propinas no Ensino Superior público (Drago, 2004), muito embora tais conflitos tivessem um escasso impacte na sociedade e uma fraca adesão da população universitária. E hoje, mais do que há quinze anos atrás, as inquietações da população universitária passam sobretudo por uma vivência individual do aqui e agora, que se combina com a ansiedade de aceder a um emprego no médio prazo, como atrás se viu.

Em todo o caso, é importante evitar generalizações fáceis, pois, este segmento particular de jovens está longe de ser homogêneo. O tecido estudantil universitário espelha, pelo menos em parte, a complexidade da sociedade portuguesa. Uma sociedade atravessada por múltiplos contrastes, entre o velho e o novo, entre o urbano e o rural, o litoral e o interior, a modernidade e a tradição. A recomposição em curso na população universitária tem vindo a pôr em evidência a sua crescente diversidade como, de resto, estes estudos têm comprovado. Dirigentes de núcleos, activistas dos cursos e facul-

dades, rapazes e raparigas, origens geográficas e de classe, membros dos organismos culturais, residentes das «Repúblicas», nacionais dos PALOP, diferentes etnias, religiões, etc., constituem um tecido social muitíssimo matizado. E a tudo isso soma-se ainda a presença de sectores minoritários de activistas, altamente participativos na actividade cívica e cultural (como é o caso dos que vivem nas Repúblicas e de outros grupos politicamente engajados), sem esquecer a crescente adesão dos jovens aos meios informáticos e a sua intervenção activa em inúmeros fóruns de discussão, blogues e redes globais do ciberespaço, meios que estão a potenciar modalidades inovadoras de activismo cívico e político (Ribeiro, 2000).

Se a juventude estudantil se mostra hoje mais individualista e alheada da vida cívica e política, isso deve-se muito ao facto de, em múltiplos domínios, a sociedade se ter tornado muito mais instável e contingente, sendo muito difícil fazer prognósticos fiáveis sobre o futuro. E a actual juventude tem razões de sobra para se preocupar com o futuro, pois os jovens são as maiores vítimas do desemprego, dos recibos verdes, dos contratos a termo, ou seja, da precariedade no trabalho. Tudo isto eleva os níveis de ansiedade perante as carências materiais e os riscos que se desenham no horizonte, contribuindo para a relativa indiferença em relação ao activismo associativo, que é olhado com desconfiança e visto como trampolim que os dirigentes procuram usar para uma possível carreira política ou profissional.

### **Conflitualidade e acção colectiva**

Perante os variadíssimos problemas sociais que têm marcado a sociedade portuguesa nas últimas décadas, não pode dizer-se que a conflitualidade social seja intensa. A explosão política que emergiu com a revolução de Abril atingiu como um ciclone as energias e o voluntarismo colectivo, do qual os cidadãos parecem ter saído exaustos, passados cerca de um ano e meio. Sabemos bem como essa intensidade de intervenção social e política se reverteu rapidamente em frustração e apatia, à medida que a democracia se institucionalizou no nosso país. Também neste domínio importa olhar para a sociedade portuguesa tendo presentes alguns dos traços específicos do seu processo de desenvolvimento. Efectivamente, a democratização tardia do país fez com que alguns dos processos ocorridos nas democracias europeias com várias décadas de antecedência só atingissem Portugal bem mais tarde.

A questão da conflitualidade social remete necessariamente para as outras dimensões já discutidas no presente texto, tais como as desigualdades de classe, as subjectividades, a questão laboral e o problema da participação cívica e associativa. Os conflitos são, regra geral, inerentes a uma sociedade democrática consolidada, pelo que é fundamental ter presente que em democracia a conflitualidade é inseparável da negociação. Neste contexto, obviamente que o sindicalismo e os movimentos sociais merecem especial atenção. As democracias avançadas estimulam o sentido do dever dos seus cidadãos perante o interesse público, disso beneficiando o aperfeiçoamento dos mecanismos de diálogo e de negociação do conflito, o que por sua vez fortalece a democracia e a sua permanente reinvenção. Daí que seja inevitável a tensão entre os interesses diversos em presença. E daí também a necessidade de uma conjugação entre a regulação social, por um lado, e a acção colectiva, por outro. Partidos políticos e instituições públicas no plano institucional (da democracia representativa) e movimentos sociais e associações no plano social (da democracia participativa) fornecem as energias de que necessita a revitalização da democracia, segundo um processo sempre inacabado.

No campo laboral, a conflitualidade tem passado por diferentes ciclos, tendo o primeiro coincido com o já referido período de excesso participativo de 1974-1975, em que todos os movimentos se confundiram e misturaram. A linguagem de classe hegemonizou então o debate público num contexto em que a acção colectiva e as manifestações de rua se tornaram a principal fonte de legitimidade política. Por um lado, as forças políticas de influência marxista, focalizadas num modelo de socialismo que parecia surgir ao virar da esquina, hegemonizaram o discurso público e conduziram a luta sindical, na segunda metade da década de setenta, sob forte influência da extrema-esquerda e do Partido Comunista, consolidando a força da CGTP-Intersindical Nacional. Por outro lado, o sindicalismo reformista da UGT, que se afirmou em oposição àquela corrente (por iniciativa dos dois grandes partidos de poder, PS e PSD), contra a chamada «unicidade sindical», começou a captar apoios, sobretudo no sector dos serviços, assumindo-se como parceiro privilegiado do diálogo social. No quadro das profundas clivagens político-ideológicas instaladas a partir do 25 de Abril, as divisões no plano sindical desenvolveram-se, em larga medida, como reflexo da actividade partidária no seio de cada uma das centrais. Um processo que vem ganhando novos contornos à medida que as dificuldades do sindicalismo se avolumam pe-

rante a necessidade de novas respostas e de maior autonomia face à influência dos partidos (Castanheira, 1985; Cerdeira, 1997; Lima, 1991; Estanque, 2005 e 2006a).

Estas clivagens são expressão da existência de diferentes paradigmas e formas de intervenção sindical, que aliás remetem para divisões antigas no seio do movimento operário (as internacionais operárias de finais do século XIX): de um lado o chamado *sindicalismo de mercado*, que deu lugar às modalidades mais corporativas e institucionais do sindicalismo moderno (Webb & Webb, 1976); de outro, o *sindicalismo de movimento social*, que foi de facto aquele que maior influência teve na conflitualidade social e nas grandes transformações dos últimos duzentos anos. Este sindicalismo de movimento tem sido caracterizado pelos seguintes traços: a afirmação de identidades e interesses colectivos dos trabalhadores; a tensão entre a defesa dos interesses da classe trabalhadora e as lutas mais gerais contra a opressão; a prioridade dada à relação «normal» de emprego caracterizada pelos contratos de emprego permanente, onde a actividade grevista teve maior impacte; e, finalmente, a representação da classe trabalhadora no seu conjunto e a sua organização em bases nacionais e internacionais (Touraine, 1984 e 1994; Ashwin, 2000; Waterman, 2002; Dibben, 2004).

Algumas destas características estiveram ou estão ainda presentes no sindicalismo português, apesar de perpassado por diversas formas organizativas e lógicas de acção, segundo os diferentes sectores, grupos, subgrupos e categorias sob os quais se estruturam as identidades no trabalho, onde os modelos de negociação e diálogo coexistem com modelos de resistência ou retraimento das culturas do trabalho (Touraine, 1984; Sainsaulieu, 1988; Lima, 1991; Rosa, 1998). Nos últimos vinte ou trinta anos, a força do movimento sindical tem vindo a implodir à escala nacional e internacional.

Em Portugal, a média de sindicalização para os trabalhadores por conta de outrem era de 59%, na primeira metade da década de oitenta, tendo reduzido para 44%, na segunda metade (Cerdeira, 1997). Segundo levantamentos estatísticos europeus, entre 1990 e 1997 a taxa de sindicalização em Portugal passou de 31,7% para 24,3%, uma das mais baixas da União Europeia (EU/15), apenas à frente da França e da Espanha (Visser, 2004). E, ao mesmo tempo que as taxas de filiação decresceram, aumentou o número de sindicatos, de 321 em 1990 para 347 em 2005, conforme consta no Livro

Verde das Relações Laborais (Dornelas, 2006, 67). Mais recentemente, a Comissão do Livro Branco das Relações Laborais, veio comprovar essas tendências. Os dados de um inquérito sobre as relações laborais (inserido no questionário europeu do ISSP, através de um módulo específico sobre Portugal) confirmou a quebra dos índices de sindicalização, que se situavam em 2006 nos 17% da população activa (sendo que 14,2% dos inquiridos não estão, mas já estiveram, filiados em sindicatos, enquanto 68,8% nunca o estiveram). Como seria de esperar, os índices de não filiação são mais acentuados entre as camadas mais jovens da força de trabalho e, evidentemente, nos que se encontram noutras situações precárias. Note-se, porém, que a maioria dos inquiridos reconhece uma elevada importância aos sindicatos: 68% dos Portugueses concorda com a ideia de que «os sindicatos são importantes para a segurança do emprego» e 65,2% acreditam que «as condições de trabalho seriam muito piores sem os sindicatos» (LBRL, 2007, 72).

Ao longo dos últimos 34 anos de experiência democrática, Portugal tem sido de facto um laboratório interessante para estudos sociais, dados os seus múltiplos contrastes e dada a rapidez com que certos processos de mudança têm decorrido. O aumento da desfiliação e os défices de cidadania e associativismo não se limitam ao campo sindical. As percentagens de filiação, quer em associações quer em partidos políticos, decresceram substancialmente desde o início da década de 1990, apresentando Portugal as mais baixas taxas associativas em comparação com a União Europeia e a variação verificada ao longo dessa década é de decréscimo, ao contrário das médias europeias (Delicado, 2003).

Num estudo internacional que acaba de ser divulgado, elaborado pela Demos, utiliza-se um «índice de democracia quotidiana» (EDI - *Everyday Democracy Index*), para avaliar a saúde das sociedades democráticas, tendo em conta seis critérios distintos. De entre os 25 países da UE comparados neste estudo, Portugal surge em 21.º no EDI, uma das piores classificações (tendo atrás de nós apenas a Lituânia, a Polónia, a Roménia e a Bulgária). Desdobrando os resultados pelos referidos indicadores, temos o seguinte: 1) na «democracia eleitoral», que se refere à valorização atribuída ao exercício do voto, Portugal é 14.º - o melhor de todos os itens considerados; 2) na «vida cívica», que se refere ao associativismo, Portugal é 19.º; 3) quanto à «decisão e expectativa», que mede o grau de (in)tolerância face ao centralismo dos processos decisórios, Portugal é 20.º; 4) em relação ao critério «de-

mocracia familiar», que mede o grau de tolerância quanto à participação nas tomadas de decisão; 5) o critério «serviços públicos», relativo ao envolvimento dos utentes na gestão dos serviços, Portugal tem a pior posição no *ranking*, no 23.º lugar; e 6) finalmente, quanto ao item «democracia laboral», que se refere ao grau de participação/consulta aos trabalhadores, perante as mudanças na empresa, Portugal aparece no 19.º lugar. Em todos estes critérios, o primeiro lugar é ocupado por países nórdicos, com a Suécia e a Dinamarca nas primeiras duas posições deste índice europeu (Skidmore e Bound, 2008).

Perante este cenário, pode perguntar-se: é então a sociedade portuguesa marcada pela absoluta passividade e conformismo? Já antes me referi à bem vindada percepção das desigualdades e clivagens, designadamente a propósito da tensão entre a classe média e a classe trabalhadora manual. Também procurei mostrar como em sectores mais específicos da nossa sociedade as práticas e as subjectividades reflectem os antagonismos em que assentam os processos de estruturação em grupos sociais específicos como sejam os sectores do operariado fabril ou os estudantes universitários.

Nos sectores de emprego mais estável (como na administração pública, a saúde, a educação, etc.), as reformas e privatizações contribuem para minar a capacidade de acção e a luta sindical perante a crescente institucionalização dos conflitos. A crescente influência das estruturas sindicais no plano institucional teve como contraponto uma progressiva perda de influência junto das bases, em especial no sector operário, o qual entretanto entrou em perda perante a rápida terciarização do emprego. Todo este processo de transformação deu lugar a novas lógicas de regulação hegemónica, e teve como consequência a «canibalização» das velhas bandeiras de luta do movimento operário, daí resultando, portanto, o reforço do mercado e a fragilização do sindicalismo e das velhas identidades de classe (Santos e Costa, 2004; Costa, 2008).

Mas, apesar do que acabei de referir, as alterações no campo sindical e laboral não impediram a persistência de conflitos no mundo do trabalho. Embora a conflitualidade – medida pelo número de greves, de trabalhadores envolvidos e pelo número de dias de trabalho perdidos por esse motivo – tenha vindo a reduzir desde meados dos anos oitenta, é necessário reconhecer o significativo número de conflitos de trabalho. E isto não apenas no

campo laboral, mas igualmente na crescente litigação junto do sistema judiciário em todos os domínios (A. C. Ferreira, 2005), como têm mostrado diversos estudos nesta área desenvolvidos no Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais<sup>18</sup>.

Segundo os relatórios do Ministério do Trabalho e da Solidariedade (elaborados pela Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento – DGEEP) a acção reivindicativa dos trabalhadores tem permanecido elevada, mesmo sabendo-se que a tendência foi de redução ao longo dos últimos vinte anos. Da leitura destes dados fica claro que, desde meados dos anos oitenta, a actividade grevista tem vindo a reduzir-se significativamente. No entanto, os anos 2000 e 2002 mostraram picos de revigoramento, sendo 2002 o ponto mais alto da luta colectiva desde o início do século. Isto coincidiu com momentos sensíveis de discussão e de aprovação da legislação laboral em torno do Código do Trabalho. O que pode parecer intrigante é que a redução do conflito grevista ocorra justamente num quadro em que os direitos dos trabalhadores têm sido suspensos ou torneados (já antes eram largamente ignorados, na prática, por muitas empresas e sectores, que há muito os vêm torneando), e nos últimos anos vêm sendo objecto de uma intensa desregulamentação, com o consequente dismantelamento do próprio direito do trabalho, uma conquista histórica do movimento sindical. Na verdade, a progressiva redução de direitos laborais e sociais, o aumento da insegurança e do risco, têm tido um efeito devastador para a classe trabalhadora e o sindicalismo à escala internacional (Beck, 1992 e 2000). Vem-se perdendo poder de compra, mas paralelamente reforça-se a ideia de que «o pior dos empregos é sempre preferível ao desemprego». Poderia dizer-se, lembrando Marx, que se trata do ressurgimento do velho efeito do «exército de reserva», por ele denunciado em meados do século XIX.

Como já foi referido, o desemprego em Portugal passou num escasso período de tempo das mais baixas para as mais altas taxas, a nível da Europa. Estas tendências têm merecido críticas radicais do mundo académico e sindical, que atacam a quebra do compromisso capital-trabalho (conseguida enquanto vigorou o modelo fordista) na base de crescentes cedências do segundo em relação ao primeiro: «o actual compromisso não passa de uma aparência de compromisso, ou seja, uma imposição de novas e mais precárias condições ao parceiro mais fraco do contrato» (Santos, 2006).

Quadro 3

Evolução da conflitualidade laboral em Portugal (1986-2006)

Ano	Número de greves	Número de trabalhadores em greve (milhares)	Número de dias de greve (milhares)
1986	363	231,5	381,9
1990	271	128,9	146,5
1995	282	60,4	62,9
1996	274	50,5	52,9
1997	265	45,8	80,1
1998	227	44,2	94,8
1999	200	33,5	67,4
2000	250	38,8	40,5
2001	208	26,1	41,6
2002	250	80,2	108,1
2003	170	30,3	53,4
2004	122	31,9	46,1
2005	126	21,7	27,3
2006	155	33,5	44,2

Fonte: DGEEP, Séries Cronológicas – Greves (1986-2004); e IDEM, Greves/ Anual, 2006.

Os efeitos de todo este processo no campo sindical estão a ser, no mínimo, inquietantes, colocando hoje em causa o princípio do diálogo e da negociação como requisitos inquestionáveis da coesão social em democracia. E o principal resultado é que, embora aumentem os motivos do descontentamento, a resistência dos trabalhadores e sindicatos torna-se cada vez mais difícil. Quanto mais o trabalho se fragmenta, os sistemas produtivos se tornam voláteis e as grandes empresas e repartições públicas se desmembram, quanto mais elas multiplicam a diversidade de vínculos, estatutos, trabalhadores temporários, contratos precários, etc., mais difícil se torna a organização da força de trabalho (Murillo, 2001).

Paralelamente, mantêm-se as lógicas de acção neocorporativistas<sup>19</sup> em certos sectores laborais e respectivos sindicatos (Schmitter e Lembruch, 1979; Lucena, 1985), o que – perante as divisões e os sentimentos de injustiça instalados na sociedade – contribuiu igualmente para inibir a participação e dificultar a penetração do discurso e da actividade dos sindicalistas junto dos segmentos mais carenciados. Parcialmente apoiado nessa realidade, o discurso governamental dos últimos anos reforçou a ideia de um dualismo

entre um sector do mercado de trabalho (o do funcionalismo público) onde os direitos adquiridos eram supostamente intocáveis, enquanto no sector privado grassava o trabalho intensivo, a flexibilidade, a exploração e a rigidez disciplinar. Um discurso orientado estrategicamente para justificar as reformas em curso e que os dirigentes sindicais têm acusado de visar um nivelamento por baixo e uma generalização da precariedade.

Não obstante as tendências estruturais estarem a dificultar cada vez mais a actividade sindical, no espaço de um ano, Lisboa foi palco de algumas das maiores manifestações sindicais desde 1974. Em casos como os sectores da saúde e da educação, a mobilização colectiva continua a revelar-se importante, fazendo com que – ainda que a contragosto – ministros e governos olhem para a força dos protestos e para o seu impacte mediático, dando alguns sinais de abertura para alterar estratégias e adaptar reformas. O conflito pode ser, citando Clausewitz, «a continuação da negociação por outros meios». Mas, por outro lado, também o que acontece à mesa das negociações e na concertação social tem muitas vezes o seu epicentro na rua e no protesto. Assim, numa formulação inversa, poder-se-ia dizer que «a negociação é a continuação do conflito por outros meios».

## Conclusão

Procurei mostrar ao longo do presente capítulo como a sociedade portuguesa evidencia todo um conjunto de contrastes sociais que a definem como uma realidade em difícil transição, entre as suas amarras tradicionais e os desafios de um projecto democrático moderno e com mais justiça social. Os temas aqui tratados consubstanciam no fundo uma mesma problemática, que é afinal uma preocupação partilhada por milhões de portugueses, ou seja, quais são as causas que se escondem para lá daquilo que pode ser directamente observável – seja na nossa vida quotidiana, seja através dos palcos mediáticos, dos discursos políticos ou das disputas eleitorais – das desigualdades sociais e da presença ou ausência da conflitualidade social? Que motivos impedem um efectivo aprofundamento da democracia e da cidadania? A realidade laboral e suas transformações, o défice empreendedor das elites políticas e económicas, as heranças históricas do passado, fundadas numa se-cular distribuição desigual da propriedade, o papel do mercado e da acção estatal, os fortes desequilíbrios no acesso ao poder e à riqueza, são alguns

dos fundamentos que estão na base daqueles problemas. Numa palavra, as barreiras sociais estruturadas em sociedade readaptam-se e reproduzem-se ao longo das sucessivas gerações. Se é verdade que as classes já não são o que eram no passado, continua a fazer sentido aplicar a conhecida formulação referente às bruxas: «*no creo en brujas pero que las hay, las hay.*»

Porque a actividade produtiva e profissional é, nas sociedades modernas, um dos principais meios de angariação de recursos materiais, de riqueza e de reconhecimento, as desigualdades continuam a reproduzir-se principalmente por essa via. As interdependências entre as diferentes classes e segmentos sociais derivam em boa medida da esfera económica, sendo que a força do capital, nas suas diferentes facetas, define condições de troca desigual em que as desvantagens de uns dão lugar ao privilégio de outros. Porém, as estruturas sociais transcendem essa dimensão e inscrevem-se no conjunto social mais vasto. Transformam-se e recompõem-se sob processos complexos e através de numerosos canais e mecanismos sociais, entre os quais se conjugam factores como o mercado, a actividade do Estado e a acção dos grupos organizados. Num sistema social aberto e instável, no qual a inovação tecnológica e a circulação da informação estão a redefinir o acesso diferencial aos recursos disponíveis e às oportunidades, numa sociedade em que as relações sociais se tornaram mais fluidas e a mobilidade se intensificou a todos os níveis, também os processos de reestruturação das desigualdades se complexificaram drasticamente. Os novos mercados e a globalização têm vindo a abrir novas oportunidades para os sectores mais empreendedores e qualificados, mas favorecem regra geral aqueles que já eram favorecidos pelos recursos herdados ou adquiridos. Novos sectores e profissões ganharam estatuto e poder económico, recompondo os estratos médios-altos e superiores da pirâmide estratificacional. Mas, a capacidade de resiliência dos sistemas obriga a que se olhe a mudança tendo presente as condicionantes estruturais que lhe definem os parâmetros e o sentido que ela toma. É certo que a autonomia individual e a expansão dos direitos de cidadania, a actividade redistributiva e interventora do Estado social, etc., abriram imensamente o leque das oportunidades de emancipação junto de segmentos antes completamente desprotegidos. No entanto, a liberdade individual – a igualdade perante a lei – é fortemente condicionada pelos contextos e estruturas, pelos meios materiais e simbólicos que modelam o indivíduo, os seus padrões de vida e as subjectividades que lhe marcam o destino social.

É neste sentido que os padrões do gosto, as opções e motivações de cada um, se inscrevem sempre na sua trajetória particular. Mas, na verdade, esta transcende as escolhas individuais ou familiares, visto que umas e outras estão socialmente inseridas e são, portanto, condicionadas pelas lógicas culturais e os factores socioeconómicos pré-existentes. As estruturas sociais contam. A classe conta. Embora ela não seja definida apenas pelo critério económico, mas sim pela conjugação de diversos recursos (riqueza, património cultural, capital educacional, redes sociais, etc.), ela marca as condições de partida, que por sua vez tendem a estabelecer as condições de abertura dos caminhos sociais a percorrer. E o próprio caminhar constitui, como mostrou P. Bourdieu através do conceito de *habitus*, um elemento de experiência que os actores e os grupos incorporam na redefinição das suas identidades, das suas expectativas, dos seus esquemas classificatórios e das suas práticas.

Em sociedade, aquilo que se é nem sempre coincide com aquilo que se pensa ser. Porém, o que se pensa ser também define e modela as atitudes e os comportamentos em sociedade. Por isso, as classificações revelam aquele que classifica. Quem, ao olhar para trás, sente que evoluiu a partir de um determinado patamar tende a desenvolver uma atitude positiva perante o sistema, se bem que tal sistema o impeça de perceber que pode ter caminhado sobre um tapete rolante que circulava em sentido contrário. A lógica da distinção e da demarcação social serve de alimento a segmentos das classes médias-altas e das elites, cuja condição e meios lhes permite reinventar permanentemente o seu estatuto de categorias superiores a cujo modo de vida o comum dos cidadãos está à partida impossibilitado de aceder. Mesmo aqueles que lá conseguem chegar apenas encontram os vestígios de um estilo de vida e de um *status* que, entretanto, se moveu para padrões de maior exigência, tornados assim inacessíveis.

As recomposições estruturais das últimas três décadas trouxeram novos contornos à formação social do nosso país, que se traduziram numa crescente segmentação da classe trabalhadora e num aumento significativo da classe média, este devido sobretudo ao crescimento do sector público. Os fluxos de mobilidade social foram reais, mas parecem oscilar ao sabor de deslizos e variações em que os ganhos e perdas de meios materiais e *status* profissionais como que se anulam mutuamente. A classe média continua a revelar um peso escasso e uma duvidosa solidez, se comparada com as sociedades avan-

çadas do Ocidente. O sistema de Ensino Superior, geralmente considerado um dos principais canais de promoção da mobilidade debate-se com indefinições diversas e muitos jovens que o frequentam, sobretudo os que são oriundos da classe trabalhadora menos qualificada, correm o risco de não acederem a uma profissão que lhes garanta um estatuto social substancialmente superior ao das suas famílias de origem. Todavia, é de realçar o seu importante papel enquanto meio de combate à discriminação sexual, já que a população maioritariamente feminina que frequenta o Ensino Superior está a procurar aproveitar as credenciais aí alcançadas para disputar com o sexo oposto posições mais igualitárias no mercado de trabalho. Se os obstáculos a essa pretensão são ainda relevantes, a situação melhorou substancialmente em diversos sectores profissionais.

Em suma, conforme foi possível verificar a partir de diversos estudos empíricos, as desigualdades sociais em Portugal reconfiguraram-se, mas mantêm-se bem vincadas, tendendo até a reforçar-se, nomeadamente quanto à distribuição da riqueza. O que, evidentemente, não é incompatível com a melhoria de condição dos que se encontram nos patamares inferiores do sistema social. No campo da participação cívica e do exercício da cidadania vimos igualmente como o sistema democrático evidencia ainda muitas debilidades. Os jovens, tal como os adultos, desconfiam das instituições e mostram-se alheios à necessidade de filiação e intervenção em diversas formas de acção colectiva. O associativismo é, por isso, débil e o sindicalismo enfrenta hoje um conjunto de dificuldades relacionadas com todos estes aspectos, mas que se ligam em especial às mutações por que vem passando o campo laboral. E, por fim, a conflitualidade não desapareceu, embora tenha diminuído significativamente desde os anos oitenta. Uma sociedade com pouca tradição de movimentos cívicos activos – que tiveram o seu momento apoteótico no pós-25 de Abril –, ainda amarrada à pesada herança do regime salazarista (na verdade o principal responsável por ter cultivado ao longo de cerca de meio século uma mentalidade conformista e resignada perante o exercício despótico do poder). Todavia, para contrariar os traços de negativismo tão característicos dos Portugueses, reconheça-se a extraordinária expansão dos novos meios tecnológicos e informáticos na sociedade portuguesa e a crescente familiaridade das camadas mais jovens com esses instrumentos, e registe-se o seu fantástico potencial na promoção da nova esfera pública e da cidadania do século XXI. Um desafio que, sem dúvida, poderá vir a demonstrar na prática o que muitos sociólogos têm realçado, ou seja, em sociedade a compo-

nente virtual e ilusória (as representações sociais) tem um alcance decisivo, tanto na construção das identidades como na realidade concreta. Se o ciberespaço reconfigurar e reforçar essa dimensão, a cidadania electrónica poderá ser um poderoso meio para tornar mais real a democracia virtual e mais efectiva a democracia real.

## Notas

<sup>1</sup> Os primeiros pensadores das Ciências Sociais e da Sociologia – tais como J.-J. Rousseau, Saint-Simon, A. Comte, Tocqueville, H. Spencer, Marx, Weber, Durkheim, por exemplo –, dedicaram grande parte das suas obras ao fenómeno das desigualdades sociais e da integração.

<sup>2</sup> Em algumas formulações, o próprio conceito de «exploração» surge como elo de ligação entre as duas tradições. É o que acontece quando, por exemplo, John Roemer fala em «exploração de *status*» ou em «exploração socialista» e quando se admite que, em termos abstractos, pode haver exploração mesmo num modelo de sociedade sem mercado de trabalho, ou seja, com todos os produtores a serem proprietários dos seus meios de produção, os próprios mecanismos de mercado fornecem as bases da exploração. Wright adere claramente a esta ideia quando, no seu último livro, desenvolve a metáfora do «efeito *shmoo*» (Wright, 1997; cf. também Estanque e Mendes, 1997).

<sup>3</sup> Sobre a tipologia das doze localizações de classe e a sua operacionalização, ver Wright (1989, 64 e ss.).

<sup>4</sup> A classe média é um conceito relativamente ambíguo e difícil de definir com rigor. No sentido moderno, a classe média (assalariada), é definida por negação, isto é, principalmente desde meados do século XX, passou a ser vista como correspondendo aos diversos sectores da força de trabalho que não fazem parte nem dos *blue collars* (ou colarinhos azuis), como a literatura consagrou a velha classe operária manual, nem, evidentemente, da classe dominante. Assim, a classe média (ou *white collars*) refere-se a camadas socioprofissionais muito diversas, como sejam, os empregados de escritório, os funcionários, burocratas e tecnocratas dos sectores público e privado, professores, profissões técnicas, quadros intermédios e trabalhadores qualificados, etc. Trata-se não de uma «classe», no sentido tradicional do termo, mas tão-só de uma «mancha», algo nebulosa e internamente diversificada, que se situa algures entre as elites e o povo.

<sup>5</sup> A classe média foi também considerada como uma *classe de serviço*, nos seguintes termos: «os empregados prestam um serviço à empresa empregadora em troca de “compensações” que tomam a forma não apenas de uma recompensa salarial, com todos os seus pré-requisitos, mas que incluem também importantes elementos prospectivos – por exemplo, aumentos salariais em condições estabelecidas, condições de segurança e assistência, quer no emprego quer através de direitos de protecção na reforma e, acima de tudo, oportunidades de carreira bem definidas» (Erikson e Goldthorpe, 1992, 41-42).

<sup>6</sup> «Produção magra» ou, como é designada no Brasil, «produção enxuta».

<sup>7</sup> Originariamente desenvolvido por Taiichi Ohno, engenheiro que, no pós-Segunda Guerra Mundial, promoveu o chamado *Toyota Production System*, isto é, um novo modelo de gestão fundado nos princípios da reorganização do processo de trabalho e da inovação tecnológica, procurando ajustar a gestão e a organização produtiva a um quadro internacional de crescente diversificação e segmentação de mercados, orientada para a pequena escala. Como se sabe, a *japonesização*, ou seja, a aplicação destes modelos oriundos do Japão às empresas norte-americanas e europeias, tem sofrido inúmeras críticas dado que – não obstante o trabalho em equipa e a maior flexibilidade – os seus efeitos têm sido considerados sobretudo negativos, devido à intensificação dos ritmos de produção, à maior fragmentação do trabalho, à extensão dos horários de trabalho, à fragilização dos sindicatos, em suma, a uma crescente submissão do trabalhador e à expansão das situações de precariedade e dos novos despotismos de fábrica.

<sup>8</sup> A propósito da desregulamentação e precariedade das relações laborais, veja-se ainda Visser (2004), Beck (2000), Hyman (2002), Antunes (2006).

<sup>9</sup> As categorias aqui consideradas baseiam-se nos seguintes critérios: os *Proprietários* correspondem aos indivíduos com propriedade dos meios de produção, agregando os empregadores e os trabalhadores por conta própria. Os *Gestores* agregam aqui as posições de direcção e os empregados com posições de chefia/supervisão, mas com níveis de instrução média, secundária ou primária. A *Classe Média* reúne as categorias técnicas intermédias, sem posições de chefia e os empregados que possuem pelo menos o ensino secundário completo. Os *Trabalhadores* (também designados por «proletários») corresponde aos assalariados das categorias manuais, trabalhadores não-qualificados ou semiquificados que possuem níveis de instrução inferiores ao ensino secundário completo.

<sup>10</sup> Que incluiu não apenas o operariado industrial desqualificado, mas o conjunto de segmentos da força de trabalho mais precarizada, isto é, sem recursos de autoridade nem qualificações significativas. Veja-se Estanque e Mendes, 1997, p. 72.

<sup>11</sup> Os países comparados foram, neste caso, a Suécia, o Canadá e a República Checa (Estanque, 2003).

<sup>12</sup> Que neste caso se baseou numa amostra da população activa aplicada nos concelhos de S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Vila da Feira. (Veja-se Estanque, 2000, capítulo 5).

<sup>13</sup> Mais uma vez, a tipologia de classes aqui utilizada inspira-se no modelo de Erik Olin Wright, atrás referido.

<sup>14</sup> Os outros países incluídos na análise de M. Villaverde Cabral são o Canadá, a Espanha, a República Checa e a Suécia (Cabral, 2003).

<sup>15</sup> Uma interpretação que se inspira na concepção de Frank Parkin, onde o autor se refere aos conceitos de *estratégias de exclusão* e *estratégias de usurpação* (Parkin, 1979).

<sup>16</sup> Essa actividade transgressiva está aliás presente no plano cultural e comunitário, quando se analisa a história local de construção da cultura popular e as actividades de lazer da classe trabalhadora da região (Estanque, 2000).

<sup>17</sup> No caso dos estudantes de Coimbra, a filiação na associação de estudantes (AAC – Associação Académica de Coimbra) é total, mas apenas em termos formais (já que todos os estudantes são membros dessa estrutura logo no acto de inscrição no curso que frequentam). Ou

seja, isso não significa um elevado envolvimento da população académica no associativismo, muito pelo contrário.

<sup>18</sup> Veja-se designadamente a série de relatórios elaborados pela equipa do OPJ, acessíveis em URL: <http://opj.ces.uc.pt/portugues/publicacoes/index.html>; e ainda António Casimiro Ferreira (2003) e Boaventura de Sousa Santos (2007).

<sup>19</sup> Estruturadas a partir da negociação e do compromisso entre a acção do Estado e o associativismo, em nome do interesse nacional (cf. Schmitter e Lembruch, 1979; e Offe, 1985).

## Bibliografia

- ALTHUSSER, Louis, *Os Aparelhos Ideológicos de Estado*, 7.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Graal, 1998.
- ANTUNES, Ricardo (org.), *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*, São Paulo, Editora Boi Tempo, 2006.
- ASHWIN, Sarah, «International Labour Solidarity After the Cold War», in Robin COHEN & Shirin RAI (eds.), *Global Social Movements*, Londres, Athlone, 2000, pp. 101-116.
- BECK, Ulrich, *Risk Society*, Londres, Sage, 1992.
- \_\_\_\_\_, *Un Nuevo Mundo Feliz*, Barcelona, Paidós, 2000.
- \_\_\_\_\_, *Un Nuevo Mundo Feliz: la precaridad del trabajo en la era de la globalización*, Barcelona, Paidós, 2000.
- BOLTANSKI, Luc, e CHIAPPELLO, Ève, *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*, Paris, Gallimard, 1999.
- BOURDIEU, Pierre, *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Lisboa, Editorial Vega, 1978.
- \_\_\_\_\_, *La Distinction; critique sociale du jugement*, Paris, Seuil, 1979.
- BOURDIEU, Pierre, e PASSERON, Jean-Claude, *A Reprodução. Elementos para Uma Teoria do Sistema de Ensino*, Lisboa, Vega, 1978.
- BURAWOY, Michael, *Manufacturing Consent*, Chicago, The University of Chicago Press, 1979.
- \_\_\_\_\_, *The Politics of Production*, Londres, Verso, 1985.
- BURAWOY, Michael, et al., *Global Ethnography: Forces, connections, and imaginations in a postmodern world*, Berkeley/Londres, University of California Press, 2001.
- BUTLER, Tim, & SAVAGE, Mike (eds.), *Social Change and the Middle Classes*, Londres, UCL Press, 1995.
- CABRAL, Manuel Villaverde, *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, Oeiras, Celta, 1997.
- \_\_\_\_\_, «Percepções e avaliações das desigualdades sociais e económicas em perspectiva comparada: Portugal, Brasil e outros países», in M. V. CABRAL, J. VALA e A. FREIRE (orgs.), *Desigualdades Sociais e Percepções da Justiça*, Lisboa, ICS, 2003, pp. 35-68.

- CABRAL, Manuel Villaverde; VALA, Jorge e FREIRE, André (orgs.), *Desigualdades Sociais e Percepções da Justiça*, Lisboa, ICS, 2003.
- CARNEIRO, Roberto (coord.) et al., *Aprender a Trabalhar no Século XXI: Tendências e desafios*. Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade/Direcção-Geral do Emprego e Formação Profissional, 2000.
- CASTANHEIRA, José Pedro, «Os sindicatos e a vida política», in *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89), Lisboa, ICS, 1985, pp. 801-818.
- CASTEL, Robert, *As Metamorfoses da Questão Social*, Petrópolis, Editora Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel, *A Sociedade em Rede – A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 1, São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CASTILLO, Juan José, «A emergência de novos modelos produtivos: produção ligeira e intensificação do trabalho», in Ilona Kovács e J. J. Castillo, *Novos Modelos de Produção, Trabalho e Pessoas*, Oeiras, Celta Editora, 1998, pp. 25-39.
- CERDEIRA, Maria da Conceição, «A sindicalização portuguesa de 1974 a 1995», in *Revista Sociedade e Trabalho*, 1, 1997, pp. 46-53.
- COSTA, Hermes, *Sindicalismo Global ou Metáfora Adiada?*, Porto, Afrontamento, 2008.
- CROMPTON, Rosemary, «Diferença sexual e análise de classes», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49, 1997, pp. 23-43.
- \_\_\_\_\_, *Employment and the Family: The Reconfiguration of Work and Family Life in Contemporary Societies*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006.
- DAHRENDORF, Ralf, *As Classes Sociais e os seus Conflitos na Sociedade Industrial*, Brasília, Universidade de Brasília, 1982.
- \_\_\_\_\_, «Ascensão e queda da meritocracia», artigo de opinião no jornal *Público*, 2/05/2005, p. 7.
- DELICADO, Ana, «A solidariedade como valor social no Portugal contemporâneo», in Jorge VALA, M. Villaverde CABRAL e Alice RAMOS (orgs.), *Valores Sociais: mudança e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS, 2003, pp. 199-256.
- DIBBEN, Pauline, «Social movement unionism», in Mark HARCOURT & Geoffrey WOOD (eds), *Trade Unions and Democracy*, Manchester, Manchester University Press, 2004, pp. 280-392.
- DORNELAS, António (coord.), *Livro Verde sobre as Relações Laborais*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2006.
- DRAGO, Ana, *Agitar Antes de Ousar: O movimento estudantil «antipropinas»*, Porto, Afrontamento, 2004.
- EDER, Klaus, *The New Politics of Class – Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*, Londres, Sage, 1993.
- EDWARDS, Richard, *Contested Terrain*, Nova Iorque, Basic Books, 1979.
- ENGLAND, Paula, «Dependência sexual, dinheiro e dependência económica nos EUA», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49, 1997, pp. 45-66.

- ERIKSON, Robert, & GOLDTHORPE, John, *Constant Flux: a study of class mobility in industrial societies*, Oxford, Clarendon Press, 1992.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta, *Changing Classes. Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies*, Londres, Sage/ISA, 1993.
- ESTANQUE, Elísio, *Entre a Fábrica e a Comunidade: práticas e subjetividades de classe no operariado do calçado*, Porto, Afrontamento, 2000.
- \_\_\_\_\_, «O efeito classe média – desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI», in M. V. CABRAL, J. VALA e A. FREIRE (orgs.), *Percepções e avaliações das desigualdades e da justiça em Portugal numa perspectiva comparada*, Lisboa, ICS, 2003, pp. 69-105.
- \_\_\_\_\_, «A reinvenção do sindicalismo e os novos desafios emancipatórios: do despotismo local à mobilização global», in Boaventura de Sousa SANTOS (org.), *Trabalhar o Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*, Porto, Afrontamento, 2004, pp. 297-334 (Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos, 5).
- \_\_\_\_\_, «Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, Coimbra, CES, 2005, pp. 113-140.
- \_\_\_\_\_, «A questão social e a democracia no início do século XXI: participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo», in *Finisterra*, 55-56-57, Lisboa, 2006, pp. 77-99.
- \_\_\_\_\_, «O Despotismo Fabril: violência e poder numa empresa industrial do calçado», in *Revista Portuguesa de História*, 37, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, FLUC, 2006, pp. 131-152.
- ESTANQUE, Elísio, e NUNES, J. Arriscado, «Dilemas e Desafios da Universidade: recomposição social e expectativas dos estudantes na Universidade de Coimbra», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, Coimbra, CES, 2003, pp. 5-44.
- ESTANQUE, Elísio, e BEBIANO, Rui, *Do Activismo à Indiferença – movimentos estudantis em Coimbra*, Lisboa, ICS, 2007.
- ESTANQUE, Elísio, e MENDES, José Manuel, *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal – um estudo comparativo*, Porto, Afrontamento, 1997.
- FERREIRA, António Casimiro, *Trabalho Procura Justiça: os tribunais de trabalho na sociedade portuguesa*, Coimbra, Almedina, 2005.
- FERREIRA, António Casimiro (coord.), P. PEDROSO, A. DORNELAS e E. ESTANQUE, *Acesso ao Emprego e Mercado de Trabalho em Portugal*, Coimbra, CES/FEUC (mimeo), 2005.
- FERREIRA, Virginia, *Relações Sociais de Sexo e Segregação do Emprego*. Dissertação de Doutoramento, Coimbra, FEUC, 2003.
- FREGE, Carola M, & KELLY, John, *Varieties of Unionism: strategies for union revitalization in a global economy*, Oxford/Nova Iorque, Oxford University Press, 2004.
- GIDDENS, Anthony, *A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

- GOLDTHORPE, John, *The Affluent Worker*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969.
- , «The service class revisited», in Tim Butler & Mike Savage (eds.), *Social Change and the Middle Classes*, Londres, University College London, 1995, pp. 313-329.
- GORZ, André, *Adieux au Proletariat – Au-delà du socialisme*, Paris, Galilée, 1980.
- , *Reclaiming Work: beyond the wage-based society*, Cambridge, Polity Press, 1999.
- GRÁCIO, Sérgio, *Dinâmicas da Escolarização e das Oportunidades Individuais*, Lisboa, EDUCA/ Formação, 1997.
- HOFSTEDÉ, Geert, *Culture's Consequences: International Differences in Work related Values*, Londres, Sage, 1980.
- HYMAN, Richard, «Europeização ou erosão das relações laborais?», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, Coimbra, CES, 2002, pp. 7-32.
- STEDMAN JONES, G., *Languages of Class – Studies in English Working Class History 1832-1982*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.
- KOVÁCS, Ilona, «Da controvérsia sobre os novos modelos de produção», in Ilona Kovács e J. José Castillo, *Novos Modelos de Produção, Trabalho e Pessoas*, Oeiras, Celta Editora, 1998, pp. 5-24.
- KOVÁCS, Ilona (org.), *Flexibilidade de Emprego; riscos e oportunidades*, Oeiras, Celta, 2005.
- KOVÁCS, Ilona, e CASTILLO, Juan José, *Novos Modelos de Produção, Trabalho e Pessoas*, Oeiras, Celta Editora, 1998.
- LACLAU, Ernesto, & MOUFFE, Chantal, *Hegemony and Socialist Strategy*, Londres, Verso, 1985.
- LASH, Scott, «Crítica da informação», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54, Coimbra, CES, 1999, pp. 13-30.
- LBRL – COMISSÃO DO LIVRO BRANCO DAS RELAÇÕES LABORAIS, *Livro Branco das Relações Laborais*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2007.
- LIMA, Marinús Pires de, «Relações de trabalho, estratégias sindicais e emprego (1974-90)», in *Análise Social*, 114, Lisboa, ICS, 1991, pp. 905-947.
- LIMA, Marinús Pires de, et al., *A Acção Sindical e o Desenvolvimento*, Lisboa, Edições Salamandra, 1992.
- LUCENA, Manuel de, «Neocorporativismo? – Conceito, interesses e aplicação ao caso português», in *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89), Lisboa, ICS, 1985, pp. 819-865.
- MACHADO, Fernando Luís, et al., «Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, Coimbra, CES, 2003, pp. 45-80.
- MACHADO, Fernando Luís, et al., «Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28, 1990, pp. 189-209.

- MAURITTI, Rosário, «Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para vida adulta», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, Lisboa, CIES/ISCTE, 2002, pp. 85-116.
- MELUCCI, Alberto, *Challenging Codes. Collective Action in the Information Age*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
- MENDES, José Manuel de Oliveira, «Todos iguais? Uma análise comparada da mobilidade e das desigualdades sociais», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 61, 2001, pp. 79-102.
- MURILLO, Maria Victoria, *Labor Unions, Partisan Coalitions and Market Reforms in Latin America*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001.
- OFFE, Claus, *Disorganized Capitalism*, Oxford, Polity Press, 1985.
- PAKULSKY, Jan, & WATERS, Malcolm, *The Death of Class*, Londres, Sage, 1996.
- PARKIN, Frank, *Marxism and Class Theory: a bourgeois critique*, Londres, Tavistock, 1979.
- \_\_\_\_\_, *Middle Class Radicalism*, Manchester, Manchester University Press, 1968.
- PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano – *Liberdade Cultural num Mundo Diversificado*, Queluz, Mensagem/Recursos Editoriais, 2004.
- POULANTZAS, Nicos, *Les Classes Sociales dans le Capitalisme Aujourd'hui*, Paris, Seuil, 1974.
- RIBEIRO, Gustavo Lins, «Política Ciber-cultural: activismo político à distância na comunidade transnacional imaginada-virtual», in Sónia ALVAREZ, Evelina DAGNINO e Arturo ESCOBAR, *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000, pp. 465-502.
- ROSA, Eugénio, *As Desigualdades em Portugal*. Documento de apoio ao XI Congresso da CGTP-IN, Lisboa (mimeo), 2008.
- ROSA, Maria Teresa Serôdeo, *Relações de Trabalho e Sindicalismo Operário em Setúbal*, Porto, Afrontamento, 1998.
- SAINAULIEU, Renauld, *L'Identité au Travail*, Paris, Presses de la FNSP, 1988.
- SANTOS, Boaventura S., *Pela Mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Afrontamento, 1994.
- \_\_\_\_\_, *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*, Porto, Afrontamento, 2006.
- \_\_\_\_\_, *Para Uma Revolução Democrática da Justiça*, São Paulo, Cortez Editores, 2007.
- SANTOS, Boaventura S. (org.), *Trabalhar do Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*, Porto, Afrontamento, 2004.
- SANTOS, Boaventura S., e COSTA, Hermes, «Introdução: para ampliar o cânone do internacionalismo operário», in B. de Sousa SANTOS (org.), *Trabalhar do Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*, Porto, Afrontamento, 2004, pp. 17-61.
- SAVAGE, Mike, «Classe e história do trabalho», in Claudio BATALHA et al., *Culturas de Classe*, Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2004, pp. 25-48.

- SCHMITTER, Philippe, & LAMBRUCH, Gerhard, *Trends Towards Corporatist Intermediation*, Londres, Sage, 1979.
- SKIDMORE, Paul, & BOUND, Kirsten, *The Everyday Democracy Index*, Londres, DEMOS, 2008.
- SKLAIR, Leslie, *The Transnational Capitalist Class*, Oxford/Malden, MA, Blackwell, 2001.
- SMITH, Dorothy E., *Writing the Social: Critique, Theory and Investigations*, Toronto, University of Toronto Press, 1999.
- THERBORN, Göran, *The Ideology of Power and the Power of Ideology*, Londres, Verso, 1980.
- \_\_\_\_\_, «Why some classes are more successful than others», in *New Left Review*, 138, 1980.
- THERBORN, Göran (ed.), *Inequalities of the World*, Londres, Verso, 2006.
- THOMPSON, E. P., *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- TOURAINÉ, Alain, *La Société Post-Industrielle*, Paris, Editions Denoël, 1969.
- \_\_\_\_\_, *The Voice and the Eye. An Analysis of Social Movements*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981.
- \_\_\_\_\_, *Le Mouvement Ouvrier*, Paris, Fayard, 1984.
- \_\_\_\_\_, *Crítica da Modernidade*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994.
- VISSER, Jelle, «Patterns and variations in European industrial relations», in European Commission, *Industrial Relations in Europe 2004*, Bruxelas, Employment and Social Affairs DG, 2004.
- WATERMAN, Peter, «O internacionalismo sindical na era de Seattle», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 2002, pp. 33-68.
- WEBB, Sidney, & WEBB, Beatrice, *The History of Trade Unionism*, Nova Iorque, AMS Press, 1976.
- WRIGHT, Erik Olin, *Classe, Crise e o Estado*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_, *Classes*, Londres, Verso, 1989.
- \_\_\_\_\_, *Class Counts*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997.